



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

OUTUBRO

2009

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 25/09/2009 – EXPEDIÇÃO: 27/09/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 714/695 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 39

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- FGTS – Procedimentos para movimentação713
- DPRF – Trânsito – Multas– Procedimentos para restituição.....713

ATOS INSTITUCIONAIS

- CFM – Código de ética médica – Aprovação.....712
- AGU – Novas Súmulas.....712

ATOS DO JUDICIÁRIO

- CNJ: Mutirões carcerários – Normas712
- CNJ: Prisão provisória – Alteração da Resolução 66/2009711
- TJ-RJ: Enunciados Cíveis710
- STF: Dia do servidor – Prorrogação dos prazos.....709

ATOS DO LEGISLATIVO

- Câmaras Municipais – Recomposição708
- Hino Nacional – Execução obrigatória no ensino fundamental.....708

DOCTRINAS

- ICMS – Substituição tributária. Desfazendo equívocos que afetam o princípio da segurança jurídica – **Kiyoshi Harada**708
- Somente o dinheiro compensa o dano moral? – **Vitor Vilela Guglinski**.....704
- Validade do comprovante eletrônico de preparo – **Mário Antônio Lobato de Paiva**.....703

ESTUDO DE CASOS

- Concurso público – Limite de idade701
- Violação de domicílio – Configuração do delito.....699

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana**698
- Acidente de trabalho: STJ determina cancelamento de súmula
- ADI: PGR questiona nova redação do artigo 255 do Código Penal
- Amamentação: período não usufruído deve ser pago como hora extra
- Cotas raciais: reservas de vagas serão objeto de audiência pública
- E-mails anônimos: Telemar é obrigada a identificar autores
- Processo eletrônico: CJF, CNJ e TRFs assinam acordo de unificação
- Súmulas: STJ edita novos enunciados
- Vereadores: OAB vai recorrer ao STF contra posse de suplentes
- Projetos de lei**697
- Alteração de regime de bens de casamentos anteriores ao novo Código Civil
- Audiência de conciliação não será mais necessária em separação judicial
- CCJ aprova consolidação de leis previdenciárias
- Isenção de Imposto de Renda para idosos
- Programa de combate ao *bullying*
- Concursos públicos**696

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 25/09/2009 – EXPEDIÇÃO: 27/09/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 624/609 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 39

TEMAS EM DESTAQUE

Processo Civil

Ação de indenização

w O advogado responde pelos danos que causar no exercício de sua profissão, não respondendo à parte pelos excessos cometidos por seu patrono.

Embargos de terceiro

w Tratando-se de bem indivisível, a arrecadação se dará sobre a sua integralidade, reservando-se ao cônjuge virago o direito à metade do produto da alienação.

Civil e Comercial

Banco

w A devolução de cheque em decorrência de mudança de limite de crédito, feita unilateral e surpreendentemente pela instituição financeira, gera abalo moral indenizável.

Inventário

w O cônjuge sobrevivente concorre com os descendentes na sucessão legítima, salvo se casado no regime da comunhão parcial, não houver bens particulares.

Penal e Processo

Apropriação indébita

w Para a configuração do delito de apropriação indébita é imprescindível estar clara a vontade do agente de manter consigo a coisa alheia móvel, como se proprietário fosse.

Revisão criminal

w Para fins de revisão criminal, considera-se contrária à evidência dos autos a decisão que não se apoia em nenhuma prova existente no processo.

Trabalho e Previdência Social

Notificação

w Ainda que a notificação para comparecimento à audiência seja feita pelo oficial de justiça, a mesma não precisará ser pessoal, bastando a entrega no domicílio da parte.

Prova

w No processo do trabalho, o depoimento pessoal dos litigantes é formalidade que se insere no âmbito de faculdade do julgador.

Constitucional e Administrativo

Concorrência pública

w Legalidade da previsão editalícia que proíbe a participação das cooperativas em licitações para prestação de serviços à Administração Pública.

Desapropriação

w A intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária é obrigatória, indisponível e inderrogável.

Tributário

Compensação

w Não é devida a contribuição previdenciária sobre a remuneração paga pelo empregador ao empregado durante os primeiros quinze dias do auxílio-doença.

Imposto territorial rural

w Há óbice legal à incidência do ITR sobre áreas de preservação permanente, sendo inexigível a prévia comprovação da averbação destas na matrícula do imóvel.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 02/10/2009 – EXPEDIÇÃO: 04/10/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 730/715 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 40

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CNJ:** Mutirões carcerários – Cancelamento729

ATOS DO LEGISLATIVO

- Ato Olímpico – Regras para as Olimpíada no Rio de Janeiro.....729
- Crimes contra a honra – Alteração do Código Penal.....728
- Código Eleitoral – Alteração728
- Identificação criminal – Regulamentação da CF.....727

DOCTRINAS

- Estado democrático de direito e posse de droga para consumo próprio – **Renato Faloni de Andrade**.....727
- Nova lei do mandado de segurança (Lei nº 12.016/2009) – Participação da pessoa jurídica de direito público – **Marcelo Moura da Conceição**.....724
- O artigo 93 da Lei nº 8.213 criou uma estabilidade ao profissional portador de deficiência? – **Miguel Nolasco de Carvalho Neto**723

ESTUDO DE CASOS

- Certificação digital – Validade Jurídica.....722
- Serviço militar obrigatório – Profissional da área de saúde – Convocação.....719

NOTICIÁRIO

Destques da semana717

- Concorrência desleal: Catho é condenada por furto currículos na internet
- Greve dos bancários: paralisação não impede pagamento de contas
- Inédito: Inglaterra emite primeira ordem judicial via *Twitter*
- Jus postulandi: TST volta a decidir sobre validade no dia 13/10
- Plano de saúde: inclusão de filho maior e inválido como dependente
- Vaga no Supremo: posse de Toffoli será no dia 23/10

Projetos de lei716

- Estudante não poderá ocupar duas vagas simultâneas em universidades públicas
- “Ficha limpa”: projeto tem mais de 1 milhão de assinaturas
- Obrigação das lojas em divulgar prazos de validade em promoções
- Proposta criminaliza destruição de recifes naturais

Concursos públicos715

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 28-9 a 2-10-2009.....715

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 02/10/2009 – EXPEDIÇÃO: 04/10/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 640/625 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 40

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação civil pública

w A decretação de indisponibilidade de bens deve se restringir à extensão dos danos causados, de modo a não ultrapassar a quantia necessária à reparação dos prejuízos alegados.

Honorários de advogado

w É possível a cumulação dos honorários advocatícios fixados na ação de execução com aqueles arbitrados nos respectivos embargos do devedor.

CIVIL E COMERCIAL

Previdência privada

w A complementação de aposentadoria pressupõe que o segurado e seu empregador hajam adimplido, de modo adequado, as contribuições exigidas pelo plano.

Seguro habitacional

w Os vícios de construção são passíveis de indenização e o fato de os danos serem provenientes de falhas construtivas não isenta a seguradora do dever de indenizar.

PENAL E PROCESSO

Habeas corpus

w É de se reconhecer o excesso de prazo na custódia cautelar que ultrapassa dois terços da pena mínima cominada ao delito.

Instrução criminal

w A nomeação de defensor *ad hoc*, pelo Juízo, antes que seja facultado ao réu o direito de constituir um novo advogado constitui nulidade insanável.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição previdenciária

w Os valores pagos a título de aviso prévio, indenizado ou não, está sujeito a incidência da contribuição previdenciária.

Equiparação salarial

w O conceito de mesma localidade refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que pertençam à mesma região metropolitana.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Concorrência pública

w Cuidando o objeto da licitação de serviços de administração penitenciária, não há como afastar a exigência legal de que o licitante possua autorização da Polícia Federal.

Trânsito

w A fixação de prazo para o pagamento da multa, nas notificações de infração e de penalidade, viola os princípios do contraditório e da ampla defesa.

TRIBUTÁRIO

Certidão de dívida ativa

w Não enseja nulidade a ausência do processo tributário administrativo, em se tratando de crédito tributário não contencioso.

Imposto predial e territorial urbano

w Ao admitir a isenção do IPTU à sociedade de economia mista que presta serviço público estar-se-ia ferindo a isonomia econômica fiscal no âmbito do regime privado.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 09/10/2009 – EXPEDIÇÃO: 11/10/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 744/731 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 41

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- STJ – Jurisprudência dominante – Novas Súmulas743

ATOS DO LEGISLATIVO

- Defensoria Pública – Alteração da Lei Complementar 80/94743

DOCTRINAS

- Considerações sobre o inventário negativo – **Glauco Pereira Almeida**741
- Nativos digitais: Quem são e o que querem? (Parte I) – **Luiz Flávio Gomes**739
- Mendicância – **Luiz Carlos Furquim Vieira Segundo**738

ESTUDO DE CASOS

- Contrato de gaveta – Sistema Financeiro de Habitação – Legitimidade ativa737
- Dissolução da união homoafetiva – Partilha de bens735

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana733
- Embargo protelatório x litigância de má-fé: TST afirma entendimento

- Extradicação: Supremo disponibiliza consulta sobre tratados
- Guarda de menor: opinião de criança deve ser considerada
- Honorários de sucumbência: OAB pede prioridade nos projetos de lei
- Liminar Suprema: posse imediata de mais vereadores é suspensa
- Lista sêxtupla: Supremo reconhece direito de recusa do STJ
- Reforma do CPC: Senado institui comissão para anteprojeto
- Súmula do STJ: contagem de prazo decadencial de ação rescisória

Projetos de lei731

- Alienação parental: pai ou mãe não devem incitar ódio em filho
- Antecedentes criminais: projeto de lei protege informações
- Proposta autoriza nomeação à autoria em processo com rito sumário
- Reajuste de taxas da Justiça do Trabalho pelo INPC

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 5-10 a 9-10-2009731

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 09/10/2009 – EXPEDIÇÃO: 11/10/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 656/641 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 41

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação possessória

♦ Na reintegração de posse, incumbe aos autores provar o exercício da posse sobre a área em litígio, o esbulho praticado pelos réus, a data e a perda da posse.

Depósito judicial

♦ A decisão que defere a conversão dos depósitos em renda da União – ou indefere o pedido de levantamento – é atacável mediante agravo de instrumento.

CIVIL E COMERCIAL

Alimentos

♦ Excluem-se da base sobre a qual deverá incidir o percentual da pensão alimentícia as horas extraordinárias prestadas pelo alimentante.

Condomínio

♦ As taxas condominiais em atraso possuem exigibilidade imediata, por conseguinte, a simples ausência de pagamento pelo condômino configura mora.

PENAL E PROCESSO

Falsificação de documento público

♦ O crime de falsificação de documento público é formal, subsistindo ainda que o agente não alcance o resultado pretendido.

Furto

♦ Não elide a prática do furto a eventual participação no fato, direta ou indireta, do filho da vítima.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Indenização adicional

♦ O simples pagamento das verbas rescisórias com o acréscimo conferido à categoria na data base não afasta o direito à indenização adicional.

Relação de emprego

♦ É empregado aquele que trabalha, em regime de subordinação jurídica, em favor de exploradores do jogo do bicho.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Cadastro de contribuintes

♦ É legítimo o indeferimento de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se um dos sócios da empresa possui débito na Fazenda Pública Estadual.

Multa administrativa

♦ Se há gradação prevista em lei, o administrador não pode, sem motivação, estabelecer o *quantum* da multa em seu valor máximo.

TRIBUTÁRIO

Crédito tributário

♦ Considera-se prescrito o crédito tributário quando decorrido mais de cinco anos entre a data de sua constituição definitiva e a citação do devedor.

Imposto sobre serviços

♦ Não incide ISSQN sobre locação de bens móveis, por se tratar de cessão de direito de uso do bem móvel mediante retribuição.

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 16/10/2009 – EXPEDIÇÃO: 18/10/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 758/745 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 42

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Microempreendedor individual – Regras de atendimento e inscrição757

ATOS DO JUDICIÁRIO

- STJ: Jurisprudência dominante – Nova Súmula.....757

ATOS DO LEGISLATIVO

- Municípios – Dificuldades emergenciais – Conversão da MP 462/2009 e alterações legais756

ATOS INSTITUCIONAIS

- AGU: Nova Súmula756
- CNMP: Mutirões carcerários – Prisões, medidas de segurança e internações de adolescentes.....755

DOCTRINAS

- Não existe intimação por e-mail – Samuel Oliveira Cersosimo755
- Tribunal de Contas da União e a fiscalização de obras públicas – Kiyoshi Harada754
- Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho – Juízes, não desembargadores – José Wilson Gonçalves.....753

ESTUDO DE CASOS

- Abandono afetivo – Indenização751
- Pensão por morte – Estudante universitário – Prorrogação.....749

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana746
- Cheque especial: redução sem prévia comunicação gera indenização
- Condomínio: assinatura posterior em ata não supre ausência em assembleia
- Copa + Olimpíadas: MP cria comissão especial para acompanhar obras
- Declaração tributária: STF dispensa Estado de obrigação
- *Jus postulandi*: TST nega a prática em Corte superior
- Novas regras: projeto do CPC deve ser apresentado em 6 meses
- Projetos de lei745
- Alteração da CLT para facilitar ações de equiparação salarial
- Exigência de nomeação de aprovados em concurso público
- Fim de diária de veículo recuperado de roubo
- Fornecimento gratuito de medidores de luz e água

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 13-10 a 16-10-2009.....745

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 16/10/2009 – EXPEDIÇÃO: 18/10/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 672/657 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 42

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação de indenização

- A traição e a geração de um filho fora do casamento, por si só, não acarretam o dever de indenização por dano moral.

Penhora

- A ausência do registro elide apenas a má-fé do terceiro que adquiriu o imóvel constricto antes do registro da penhora, e não a dos executados-alienantes.

CIVIL E COMERCIAL

Código de defesa do consumidor

- A inexistência de expressa proibição quanto à cobrança de tarifa administrativa de emissão de boleto bancário não equivale à sua autorização.

União estável

- A permanência do vínculo por afinidade entre sogro e nora é causa de impedimento ao casamento, e, por conseguinte, de reconhecimento da união estável.

PENAL E PROCESSO

Apropriação indébita previdenciária

- O parcelamento do débito previdenciário suspende o *ius puniendi*, mas não impede o recebimento da ação penal quando presente a justa causa.

Resistência

- O estado de embriaguez não impede a caracterização do crime de resistência, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição sindical

- Incabível a representação dos empregados de cooperativa de crédito pelo sindicato dos bancários, o que torna indevido o recolhimento de contribuição sindical àquele ente.

Horas extras

- A concentração de jogador de futebol é uma característica especial do contrato de trabalho, não se admitindo o deferimento de horas extras neste período.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Responsabilidade civil do Estado

- A prisão preventiva irregular e a manutenção do preso encarcerado até a sentença absolutória por falha na investigação não constituem cumprimento do dever legal.

Trânsito

- Não tendo a Guarda Municipal competência para aplicação de multas de trânsito, mantém-se a Sentença que julgou procedente a ação de anulação.

TRIBUTÁRIO

Crédito tributário

- A fiança bancária não se confunde com o depósito do montante integral do crédito tributário, não sendo a mesma admitida para suspensão de sua exigibilidade.

Substituição tributária

- A concessionária de veículos, no regime da substituição tributária, detém legitimidade para pleitear a compensação/restituição do indébito do PIS.

SELEÇÕES JURÍDICAS

Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

SETEMBRO/2009

CONTRATOS BANCÁRIOS & PROTEÇÃO AO SALÁRIO



EM FOCO

PROTEÇÃO LEGAL DE SALÁRIOS

Tribunais limitam direito dos bancos de bloquearem vencimentos de correntista inadimplente

ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Uma etnografia do descontrole judicial sobre as prisões e outros estabelecimentos de internação coletiva

Destaques

Amicus curiae

Interesse e legitimidade recursal

Responsabilidade do Estado

Suicídio de militar com arma da corporação

IR sobre juros de mora

Nova posição do TST



POSITÓRIO

SELEÇÕES JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

STF

Registro nº 39/2008
(DJE de 4-4-2008)

TST

Registro nº 32/2007
(DJ-U, 17-10-2007)

DOCTRINAS

- A prejudicialidade de direito comunitário nos tribunais supranacionais – **Adroaldo Furtado Fabrício** 3
- Alimentos – **Ênio Santarelli Zuliani** 23
- Uma etnografia do descontrole judicial sobre as prisões e outros estabelecimentos de internação coletiva no Rio de Janeiro – **Nagib Slaibi Filho** 34

PANORAMA

• JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

- Contratos bancários – A retenção de salário para pagamento de empréstimo e limite de cheque especial – **Janaína Rosa Guimarães** 45
- OPINIÃO
- Ensino religioso nas escolas públicas e a reinvenção do nacional-catolicismo – **Atahualpa Fernandez** 48

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- *Amicus curiae* – Ausência de legitimidade recursal 50
- Regime de cumprimento de pena – Princípio da retroatividade 51

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Produtos correlatos – Comercialização por farmácias e drogarias 53
- Responsabilidade do Estado – Suicídio de Militar com arma da corporação 55

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Imposto de renda – Não incidência sobre os juros de mora 58
- Vícios de consentimento – Validade de sentença homologatória de acordo 61

PUBLICAÇÃO MENSAL

2^{Ano}
2009

Nº 10 OUTUBRO
ANO XXV

BDA

**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

DA PLENA COMPATIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.429/92 AOS AGENTES POLÍTICOS (Insustentabilidade da Tese Contrária) (Francisco Chaves dos Anjos Neto)	1117
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMO MECANISMO DE CONCRETIZAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (Luciana Lloyd Garzon Gomes e Luís Henrique Vieira Rodrigues)	1123
A CONFLITUOSA RELAÇÃO ENTRE PODER EXECUTIVO CENTRAL E AGÊNCIAS REGULADORAS: A BUSCA PELO EQUILÍBRIO (Miriam Wimmer)	1136
O SISTEMA DE REMOÇÃO DOS SERVIDORES DAS CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO (Maria Lúcia Miranda Alvares)	1152
NAVIO-PATRULHA FLUVIAL – Desvio de Óleo <i>Diesel</i> Marítimo – Tomada de Contas Especial – Apuração dos Fatos, Identificação dos Responsáveis e Quantificação do Prejuízo – Contas Irregulares – Condenação Solidária – Aplicação de Multa (Tribunal de Contas da União)	1163
CONVÊNIO – Alteração do Objeto Conveniado – Inexistência de Prévio Conhecimento e Autorização do Concedente – Irregularidade na Aplicação dos Recursos Transferidos – Pessoa Jurídica Não Integrante da Administração Pública – Responsabilidade do Dirigente da Entidade – Aplicação de Multa (Tribunal de Contas da União)	1167
FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Processos Ordinários de Contas – Rol de Responsáveis – Inclusão dos Membros dos Conselhos Deliberativos da Sudam, Sudene e Sudeco – Inteligência do Art. 10 da IN nº 57/08 do TCU (Tribunal de Contas da União)	1185
JOGOS PAN E PARAPAN-AMERICANOS – Contratação das Cerimônias de Abertura e de Encerramento – Contratação Emergencial – Não-Ocorrência de Licitação – Circunstâncias Ate-nuantes – Razões de Justificativa Acolhidas (Tribunal de Contas da União)	1195

JURISPRUDÊNCIA

SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO – Cálculo de Emolumentos – Preço do Imóvel – Utilização como Parâmetro para Determinação do Valor – Não-Ocorrência de Afronta ao Art. 145, § 2º, da CF	1209
PROCURADOR FEDERAL – Cumprimento de Estágio Probatório – Vinte e Quatro Meses – Instituto Diverso da Estabilidade no Serviço Público – Lista de Promoção na Carreira – Exigência do Prazo Constitucional de Três Anos – Inadmissibilidade	1212
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Terceiro – Pessoa que Não É Agente Público – Concorrência para a Prática do Ato Descrito no Art. 9º da Lei nº 8.429/92 – Condenação – Inteligência dos Arts. 1º e 3º da Lei em Epígrafe	1216
TOMBAMENTO – Ação Civil Pública – Realização de Obras de Conservação e Restauração de Imóvel – Proprietário sem Recursos Financeiros – Execução pelo IPHAN, a Expensas da União – Ressarcimento dos Valores	1219
PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS – Aquisição de Veículo Adaptado – Isenção Tributária – Laudo Médico Original e Recente – Exigência da Legislação Fiscal de Ente Federativo – Emissão pelo Detran – Obrigatoriedade na Hipótese	1222

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL

Fórum de Direito Urbano e Ambiental



ISSN 1676-6962

Fórum de Dir. Urbano e Ambiental - FDUA

Belo Horizonte

ano 8

n. 46

p. 1-147

jul./ago. 2009

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Documento sumário de propostas e subsídios para instalação e operacionalização dos Fóruns Regionais BECE – Parecer técnico-científico do Conselho Jurídico do Projeto BECE Carlos Alberto Arikawa, Amyra El Khalili	7
Garimpagem – Análise da legislação do Brasil face à exploração artesanal nos direitos francês e africano Cristina Campos Esteves, Hildebrando Herrmann	15
Direito e política urbana na América Latina: mudança de paradigmas e possibilidades de ação Edésio Fernandes, María Mercedes Maldonado Copello	31
O Estatuto da Cidade, a função socioambiental da propriedade e os instrumentos urbanísticos de sua efetivação Georges Louis Hage Humbert	37
Reassentamento dos atingidos por barragens: limites da competência regulatória da ANEEL Lúcia Penna Franco Ferreira	45
A necessidade de articulação dos conselhos de desenvolvimento urbano e de meio ambiente Marcos Abreu Torres	60
A usucapião coletiva urbana especial: do direito constitucional à propriedade e à moradia aos pressupostos processuais da ação coletiva Rodrigo Fernandes	70

Melhores Práticas em Sistema de Gestão de Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho

Certificação de embalagens utilizadas para transporte terrestre de produtos perigosos Juliana Koeppel	83
A NR-4 e a exigência da contratação de um enfermeiro Fernanda Manna	89

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Superior Tribunal de Justiça Loteamento irregular – Dano ambiental – Responsabilidade do Município – Art. 40 da Lei nº 6.766/79 – Poder-dever – Precedentes. Recurso Especial nº 1.113.789/SP	91
Tribunal Regional Federal da 2ª Região Reintegração de posse – Instalação de clube no Jardim Botânico – Autorização precária – Dano ambiental Embargos Infringentes nº 99.02.21918-7	95
Tribunal Regional Federal da 4ª Região Direito Ambiental – Proteção do Parque Nacional da Lagoa do Peixe Apelação/Reexame Necessário nº 2004.71.00.039337-8/RS	98
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo Ambiental – Política pública – Construção de aterro sanitário – Princípio da cooperação – Art. 225, CRFB – Meio ambiente ecologicamente equilibrado – Norma cogente de aplicação imediata – Recurso desprovido Agravo de Instrumento nº 11089001371	113
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Esgoto lançado <i>in natura</i> no curso d'água – Danos ao meio ambiente e à população – Comprovação – Implementação de obras para captação e tratamento do esgoto – Ingerência do Poder Judiciário na seara administrativa – Inocorrência. Apelação Cível/Reexame Necessário nº 1.0144.04.004793-4/001	115

Ementário

Ação civil pública	119
Ação popular	121
Administrativo	122
Aterro sanitário	124
Biota	125
Crime ambiental	125

Dano ambiental	129
Impacto ambiental	130
Infração ambiental	130
Licenciamento ambiental	130
Parcelamento urbano	133
Preservação permanente	133
Reserva legal	135
Responsabilidade civil	136
Tombamento	136

Tendências Jurisprudenciais

Infração ambiental	139
Licenciamento ambiental	139
Preservação ambiental	139

LEGISLAÇÃO

Informativo de Legislação	141
--	------------

ÍNDICE	143
---------------------	------------

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	147
---	------------

Revista **Bonijuris** OUTUBRO/09

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXX

Adoção após Divórcio - Genitora que Passa a Usar o Nome de Solteira (STJ)

Condomínio Comercial - Furto Ocorrido Dentro em Área Privativa - Indenização (TJ/DF)

Penhora *On Line* - Não Caracterização Como Quebra de Sigilo Bancário (TRF/4a. Reg.)

Cumprimento da Pena - Cometimento de Falta Grave (STJ)

Justa Causa Patronal - Descumprimento de Cláusula de Norma Coletiva (TRT/2a. Reg.)

Servidor Público - Demissão - Violação de Segredo - Princípio da Proporcionalidade (STJ)

Imposto Sobre Serviços - ISS - Contrato de Locação de Bens Móveis - Não Incidência (STF)

LEGISLAÇÃO

Lei nº 12.019/09 - Ação Penal de Competência Originária do STF e STJ - Relator - Convocação de Magistrado para Realização de Ato Instrutório
Pág. LIV

Lei nº 12.023/09 - Atividade de Movimentação e Cargas e Mercadorias em Geral - Trabalho Avulso
Pág. LIV

Lei nº 12.030/09 - Perícia Oficial de Natureza Criminal - Disposições
Pág. LV

DOCTRINA

REFORMAS PROCESSUAIS PENAIS EM DEBATE: A DISCIPLINA DA ATIVIDADE PROBATÓRIA E O IDEAL POLÍTICO DA LEI N. 11.690/08

Karol Sicora

Rafael Camparra Pinheiro

Renata Jardim da Cunha Rieger

Pág. V

O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA DO SERVIDOR PÚBLICO POR ATOS PRATICADOS NA VIDA PRIVADA: LIMITES AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Antonio Carlos Alencar Carvalho

Pág. XI

ALIMENTOS GRAVÍDICOS – ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS DA LEI 11.804/08

Denis Donoso

Pág. XVII

ASPECTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Joacir Sevegnani

Pág. XXII

VALIDADE DO COMPROVANTE ELETRÔNICO DE PREPARO

Mário Antônio Lobato de Paiva

Pág. XXIV

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS Pág. LVI

A Possibilidade de Exigência de Cadastro de Maiores de Sessenta e Cinco Anos para Recebimento do Benefício da Gratuidade no Transporte Coletivo Urbano

Marcelo Harger

Repositório Autorizado

TST - Registro nº 24/2001

STF - Registro nº 34/2003

STJ - Registro nº 56/2005

DOCTRINA

Reformas Processuais Penais em Debate: a Disciplina da Atividade Probatória e o Ideal Político da Lei n. 11.690/08 05
Karol Sicora
Rafael Camparra Pinheiro
Renata Jardim da Cunha Rieger

O Problema da Responsabilidade Administrativa do Servidor Público por Atos Praticados na Vida Privada: Limites ao Processo Administrativo Disciplinar 11
Antonio Carlos Alencar Carvalho

Alimentos Gravídicos - Aspectos Materiais e Processuais da Lei 11.804/08 17
Denis Donoso

Aspectos Jurídicos e Econômicos da Carga Tributária Brasileira 22
Joacir Sevegnani

Validade do Comprovante Eletrônico de Preparo 24
Mário Antônio Lobato de Paiva

ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Vale-Transporte - Pagamento em Dinheiro - Ausência de Natureza Salarial (TST) 26

INTEIRO TEOR

Adoção após Divórcio - Genitora que Passa a Usar o Nome de Solteira (STJ) 30

Condomínio Comercial - Furto Ocorrido Dentro em Área Privativa - Indenização (TJ/DF) ... 31

Penhora *On Line* - Não Caracterização Como Quebra de Sigilo Bancário (TRF/4a. Reg.) ... 33

Cumprimento da Pena - Cometimento de Falta Grave (STJ) 34

Justa Causa Patronal - Descumprimento de Cláusula de Norma Coletiva (TRT/2a. Reg.) .. 36

Servidor Público - Demissão - Violação de Segredo - Princípio da Proporcionalidade (STJ) ... 37

Imposto Sobre Serviços - ISS - Contrato de Locação de Bens Móveis - Não Incidência (STF) ..39

EMENTÁRIO

Civil - Comercial 41

Imobiliário 42

Processo Civil 44

Penal - Processo Penal 46

Trabalhista - Previdenciário 48

Administrativo - Constitucional 50

Tributário 52

LEGISLAÇÃO

Lei nº 12.019/09 - Ação Penal de Competência Originária do STF e STJ - Relator - Convocação de Magistrado para Realização de Ato Instrutório 54

Lei nº 12.023/09 - Atividade de Movimentação e Cargas e Mercadorias em Geral - Trabalho Avulso 54

Lei nº 12.030/09 - Perícia Oficial de Natureza Criminal - Disposições 55

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

A Possibilidade de Exigência de Cadastramento de Maiores de Sessenta e Cinco Anos para Recebimento do Benefício da Gratuidade no Transporte Coletivo Urbano 56
Marcelo Harger

EVENTOS/NOTÍCIAS 58

REPOSITÓRIO AUTORIZADO
TST Nº 24/2001
STF Nº 34/2003
STJ Nº 56/2005

COEDIÇÃO:
AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ
AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES
AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

Revista Bonijuris
ISSN 1809-3256
Qualis C – Capes
Ano XXI - Nº 551
Edição Mensal - Outubro/2009

INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS
R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR
www.bonijuris.com.br
Administrativo - Comercial - Suporte de Informática
Fone-fax: (41) 3323-4020
E-mail: bonijuris@bonijuris.com.br / comercial@bonijuris.com.br
Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio
Fone: (41) 3322-3835
E-mail: juridico@bonijuris.com.br

Editor
Jornalista Arnaldo Anater
(*in memoriam*)

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO RBDP



ISSN 1678-7072

R. bras. de Dir. Público - RBDP	Belo Horizonte	ano 7	n. 26	p. 1-254	jul./set. 2009
---------------------------------	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Em busca da “impossibilidade” de contratação de advogados pelo Poder Público	
Luciano Ferraz	9
1 Introdução.....	9
2 Fundamentação	11
3 Conclusão.....	16
Prescrição das ações indenizatórias contra o Poder Público e o Código Civil de 2002	
Flávio de Araújo Willeman	19
I Introdução.....	19
II Prescrição das ações indenizatórias contra o poder público e o Código Civil de 2002.....	21
II.1 Prescrição de pretensão indenizatória de anistiado político	28
A fraternidade como categoria constitucional	
Carlos Augusto Alcântara Machado	33
1 Considerações introdutórias	33
2 Liberdade, igualdade e fraternidade: evolução do constitucionalismo moderno	34
3 A dignidade da pessoa humana	41
4 O advento do constitucionalismo fraternal	46
Referências	52
A política de discriminação positiva enquanto instrumento de transformação social	
Moema Santana Silva	55
1 Introdução.....	55
2 Princípio da socialidade.....	57
2.1 O princípio da socialidade enquanto paradigma de transformação do estado liberal	57
2.2 A fundamentalização dos direitos sociais e a socialização dos direitos clássicos.....	59
2.3 Dos deveres de legislação.....	61
2.4 A socialidade enquanto instrumento legitimador democrático da política inclusiva.....	63
3 Política de discriminação positiva.....	64
3.1 Histórico	64
3.2 Apresentação da política de discriminação positiva.....	67
3.2.1 Objetivos da política de discriminação positiva	67

3.2.2	Fundamentos justificadores da política	69
3.2.3	Modalidades de concretização	72
3.2.4	Importância da política no contexto social.....	73
4	Alguns exemplos de políticas afirmativas adotadas em Portugal tendentes à redução das desigualdades regionais	76
4.1	Regulamento do concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário, aprovado pelo artigo 1º do decreto da Assembléia Legislativa Regional dos Açores nº 26/2003.....	80
4.2	Regime SCUT (sem custo para o utilizador) – Portagens rodoviárias	82
5	Conclusão.....	84
	Referências	86

ADPF nº 144 e colisão entre democracia, moralidade e presunção de inocência: uma proposta de solução compatível com a unidade constitucional

Renato Rodrigues Gomes	91
I Introdução.....	91
II Análise da fundamentação do STF na ADPF nº 144/DF	95
§1 Argumento da “presunção de inocência” (CF, art. 5º, LVII)	95
1 Análise semântica do dispositivo	95
1.1 Dispositivos que obstam o argumento <i>a contrario</i>	97
1.2 Argumento <i>a contrario</i> : pressupostos indispensáveis	97
1.2.1 Primeira razão: ignora a semântica da palavra “presunção”	99
1.2.2 Segunda razão: ignora outras possibilidades semânticas da palavra “culpado”	102
2 Análise pragmática do dispositivo	117
2.1 Desconsideração da falibilidade humana: descumprimento dos deveres de fundamentação (CF, art. 93, IX) e de imparcialidade (CF, art. 5º, <i>caput</i>).....	119
2.1.1 Descumprimento do dever de fundamentação	121
2.1.2 Vício de imparcialidade no trato das partes	126
2.2 Depreciação das provas	127
2.3 Ineficácia das decisões judiciais (CF, art. 5º, XXXV).....	128
2.4 Precedência absoluta, abstrata e <i>a priori</i> da garantia fundamental da presunção da “inocência”	130
2.5 Perda de credibilidade no sistema jurídico	131
§2 Argumento da violação da separação de poderes, por ausência de critérios objetivos para avaliação da vida pregressa do cidadão	133
§3 Argumento da supremacia popular: cabe ao povo escolher o melhor representante (CF, art. 14, <i>caput</i>)	138
III Proposta de solução alternativa para a questão trazida pela ADPF nº 144/DF.....	139
§1 Argumento da dissociação: o caminho	141
§2 Proposta interpretativa para a CF, art. 5º, LVII: caminhar sem tropeços.....	142
IV Conclusão.....	143
Referências	146

La responsabilidad in vigilando del banco central por la supervisión del sistema financiero

Luis A. Ortiz Zamora	151
I Introducción	151

II	El sistema financiero nacional.....	152
III	Régimen de responsabilidad administrativa	158
IV	Conclusión.....	166

A textura aberta da linguagem na integração da norma jurídica: a contribuição da teoria hartiana

Magno Federici Gomes, Isabella Saldanha de Sousa	169	
1	Introdução.....	169
2	A noção de lei em sentido amplo e a delimitação do objeto do direito, a partir do comando imposto pelo soberano	171
3	A impropriedade da identificação do ordenamento jurídico, a partir de ordens gerais baseadas em ameaças e do tratamento das nulidades como sanções.....	174
4	O fundamento do ordenamento jurídico: a regra de reconhecimento que faculta critérios para a identificação das normas jurídicas válidas	185
5	A textura aberta da linguagem e a interpretação do direito: a contribuição da teoria hartiana	192
6	Considerações finais.....	195
	Referências	196

Reforma do Poder Judiciário

J. J. Calmon de Passos	199
-------------------------------------	-----

ANTEPROJETO

Comissão de juristas constituída pela Portaria nº 426, de 6 de dezembro de 2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Resultado final

Anteprojeto de normas gerais sobre a Administração pública direta e indireta, as entidades paraestatais e as de colaboração.	217
---	-----

Índice	249
---------------------	-----

Instruções para os autores	255
---	-----

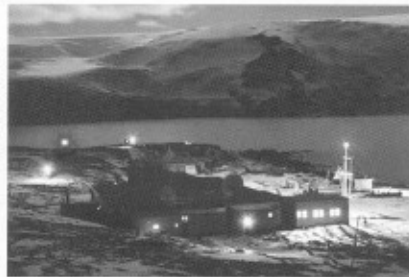
REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME

DIREITO MILITAR

ISSN 1981-3414

ANO XIII - NÚMERO 78 - JULHO/AGOSTO 2009

Estação Antártica Comandante Ferraz





AMAJME

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS
JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME
CNPJ: 65.137.044/0001-03
Declarada de Utilidade Pública Federal
Decreto de 9 de julho de 1997
(D.O.U nº 130,10/07/97)

Presidente: Marilza Lúcia Fortes (MS)

Vice-Presidentes Regionais:

Centro-Oeste, Lúcia Peruffo (MT)

Nordeste, Ricardo Vital de Almeida (PB)

Norte, José Roberto Pinheiro

Maia Bezerra Júnior (PA)

Sudeste, Fernando Pereira (SP)

Sul, Francisco José de Moura Muller (RS).

Secretário Executivo – Zildo Luiz de Souza

Sede atual:

Av. Osmar Cunha, 183 Ed. Ceisa Center,
Sala 1109, Centro, Florianópolis/SC,
CEP 88015-100 - Telefone (0XX 48 3224.3488
e Fax 3224.3491)

www.amajme-sc.com.br

amajme@amajme-sc.com.br e amajme@uol.com.br

PERIODICIDADE

Bimestral

PROJETO GRÁFICO

Consenso Editora

DISTRIBUIÇÃO

Magistrados Estaduais e Federais, Militares
Estaduais e Federais, Membros do Ministério
Público, Advogados, Órgãos Públicos,
Entidades de Classe, Faculdades de Direito
e Meios de Comunicação.

CAPA

Estação Antártica
Comandante Ferraz, Marinha do Brasil

Os artigos assinados são de responsabilidade
de seus autores. É permitida a reprodução
desde que citada a fonte.

NESTA EDIÇÃO

ENTREVISTA

Nosso entrevistado é o Exmo. **Sr. Contra-Almirante Carlos Enrique Mesa Angosto**, Presidente do Tribunal Supremo Militar Policial do Peru..... **3**

NOVO REGULAMENTO DE DISCIPLINA MILITAR NAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Jorge Teixeira Lapa **9**

ARTIGO 9º DO CPM: UMA NOVA PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

Cícero Robson Coimbra Neves **13**

DA CONVOCAÇÃO POSTERIOR PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR

Reis Friede **23**

CRIME DE EXERCÍCIO DE COMÉRCIO POR OFICIAL: A PERDA DO POSTO E DA PATENTE COMO CAUSA INOMINADA DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE

Ronaldo João Roth **28**

A CASERNA COMO PRIMEIRA OPÇÃO E DIREITO DE PRISÃO ESPECIAL

Luiz Carlos Couto **32**

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA À LUZ DA JUSTIÇA MILITAR

Alex Alan Antunes de Abreu **36**

A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional



ISSN 1516-3210

A&C R. de Dir. Administrativo & Constitucional	Belo Horizonte	ano 9	n. 37	p. 1-250	jul./set. 2009
--	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

Editorial	7
DOCTRINA	
Artigos	
O direito fundamental à presunção de inocência no processo administrativo disciplinar	
Romeu Felipe Bacellar Filho	11
1 Considerações iniciais	11
2 Processo e procedimento administrativo: consequências de uma distinção	13
3 Núcleo constitucional comum de processualidade: a incidência dos direitos e garantias fundamentais no processo administrativo disciplinar	16
4 Presunção de inocência: princípio constitucional e direito fundamental	20
4.1 Origens históricas	22
4.2 Constitucionalização e internacionalização do princípio no cenário da reconstrução dos direitos humanos	25
4.3 Consagração normativa no direito brasileiro e relação com os demais princípios constitucionais	31
5 Conteúdo jurídico e desdobramentos do direito fundamental à presunção de inocência no processo administrativo disciplinar	36
5.1 Aplicação endoprocessual	37
a) Fase de instauração: sindicância, verdade sabida e processo administrativo disciplinar ...	37
b) Fase instrutória: afastamento preventivo do servidor durante o processo	39
c) Fase decisória: o ônus da prova e o <i>in dubio pro reo</i>	41
d) Fase decisória: a reserva de jurisdição e o devido processo legal	43
d.1) Acusação simultânea em processo penal e processo administrativo disciplinar	44
d.2) Condenação em processo criminal e o dever de "manter conduta compatível com a moralidade administrativa"	48
5.2 Aplicação extraprocessual: tratamento como inocente e sigilo quanto à condição de acusado	49
Referências	52
La tutela cautelare nel processo amministrativo	
Filippo Colapinto	57
1 Introduzione	57
2 Le modifiche introdotte dall'art. 3 legge 205/2000	61
3 La tutela cautelare nel diritto comunitario	65
4 La tutela cautelare in materia di appalti pubblici	73
El Derecho Europeo y su incidencia en la Administración	
Giuseppe Franco Ferrari	79
Avaliação de desempenho dos servidores públicos: análise da Lei Federal nº 11.784/2008	
Raquel Dias da Silveira	115
1 Introdução	115
2 Princípio constitucional da carreira e avaliação do mérito potencial do servidor público	117
3 Histórico e compreensão da avaliação de desempenho no âmbito da Ciência da Administração	120

4	Regulamentação da avaliação de desempenho pela Lei Federal nº 11.784/2008	122
5	Ciclos da avaliação de desempenho, fiscalização e consequências pecuniárias em conformidade com a Lei nº 11.784/2008	125
6	Conclusão	129
	Referências	130
Função regulatória da licitação		
Luciano Ferraz		133
Competência para a prestação de serviços públicos e o transporte coletivo rodoviário no meio ambiente urbano		
Emerson Gabardo		143
1	Os serviços públicos como atividade econômica	143
2	O regime jurídico dos serviços públicos num Estado social-interventor	148
3	A organização constitucional de competências para a prestação de serviços públicos entre localização e regionalização urbana	155
4	O caráter essencial dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros	160
5	Os serviços públicos de transporte coletivo rodoviário em face do meio ambiente urbano	164
	Referências	171
Serviços sociais autônomos e a Administração pública brasileira		
Christian Mendez Alcântara		175
1	Introdução	175
2	Serviços sociais autônomos	175
2.1	Serviços sociais autônomos no Estado do Paraná	179
2.2	Serviços sociais autônomos em Curitiba	180
3	Estudo e análise dos serviços sociais autônomos	181
3.1	Paranacidade	181
3.2	Paranaprevidência	186
3.3	Ecoparaná	190
3.4	Instituto Curitiba de Saúde (ICS)	191
4	Considerações finais	195
	Referências	197
A volta do regime jurídico único – Algumas discussões inadiáveis sobre a função pública brasileira		
Luísa Cristina Pinto e Netto		201
1	Notas introdutórias	201
2	Teorias sobre a natureza jurídica da relação de função pública	203
3	A defesa da teoria estatutária	206
4	Crítica à teoria estatutária	209
5	A contratualização da função pública	223
5.1	Razões para a contratualização da função pública	223
5.2	Recusa a uma mera mudança de rótulo	227
5.3	Relação contratual de função pública	230
6	Notas conclusivas: algumas discussões inadiáveis sobre a função pública brasileira	236
Índice		241
Abstracts		245
Instruções para os autores		249

Revista de
DIREITO
CONSTITUCIONAL
e Internacional

Ano 17 • n. 68 • jul.-set./ 2009

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Dano moral coletivo e os direitos metaindividuais sob o prisma do Direito Constitucional
ADRIANO CELESTINO RIBEIRO BARROS 9
2. A construção do direito fundamental à alimentação adequada no nordeste brasileiro
ANA MARIA D'ÁVILA LOPES E
ISABELLE MARIA CAMPOS VASCONCELOS CHEHAB..... 19
3. Os desafios contemporâneos da eficácia, da efetividade e dos conflitos no campo dos direitos fundamentais
ANTONIO CELSO BAETA MINHOTO 42
4. Crítica ao tratamento constitucional no Município como ente da Federação brasileira
FERNANDO DIAS MENEZES DE ALMEIDA 76
5. Democracia participativa: uma dimensão interpretativa concretizadora
JOÃO CARLOS AZUMA 86
6. "Vontade da Constituição" (K. Hesse) de 1988: o exercício ideal da democracia participativa no controle da Administração Pública na Constituição Federal
JERSON CARNEIRO GONÇALVES JUNIOR 111
7. As medidas provisórias no constitucionalismo brasileiro
MARCELO ADRIANO MENACHO DOS ANJOS 180
8. Os 20 anos da Constituição e após
MARIA GARCIA 204

9. Concretização de direitos fundamentais na perspectiva jurídico-constitucional da Defensoria Pública: um caminho “ainda” a ser trilhado
PAULO OSÓRIO GOMES ROCHA 220
10. Os desafios do século XXI e o biodireito: utilitarismo ou valores?
RENATA DA ROCHA 246
11. Eficácia contra todos e efeito vinculante das decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição
RODRIGO OCTÁVIO DE GODOY BUENO CALDAS MESQUITA 258

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Democracia e *advocacy*
CRISTIANE AVIZÚ E MAURÍCIO JAYME E SILVA 287
2. A constitucionalidade da Constituição em Niklas Luhmann: paradoxo e contingência do direito constitucional na sociedade globalizada
RAFAEL LAZZAROTTO SIMIONI 307
3. Constituição Européia: encontros e desencontros. Surgimento e ressurgimento
ZÉLIA MARIA CARDOSO MONTAL 334

III. JURISPRUDÊNCIA

1. Supremo Tribunal Federal

Conflito federativo – Supremo Tribunal Federal – Corte Suprema que atua como Tribunal da Federação, sendo-lhe atribuída o poder de dirimir controvérsias que possam, perigosamente, antagonizar as unidades que compõem a Federação – Norma do art. 102, I, *f*, da CF/1988 aplicável aos litígios cuja potencialidade ofensiva revelar-se apta a vulnerar os valores que informam o pacto federativo; Conflito federativo – Cadastro Único de Convênio – Inclusão de Estado-membro em referido rol em virtude do descumprimento de obrigações contraídas por Município – Inadmissibilidade – Princípio da intranscendência que impede

- que sanções e restrições de ordem jurídica superem a dimensão estritamente pessoal do infrator – STF – Referendo em MC em AC 2.317-3/MA – Sessão Plenária – v.u. – rel. Min. *Celso de Mello* 365
- Contribuição previdenciária – Servidor público – Tributo incidente sobre proventos de inativos e pensionistas determinado por lei municipal – Norma inconstitucional ao tempo de sua edição – Pretendida “constitucionalização” do ato normativo em face da superveniência da EC 41/2003 – Inadmissibilidade – STF – AgRg no RE 539.946-4/MG – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. *Cármem Lúcia* 373
- Recurso extraordinário – Não conhecimento – Decisão que negou seguimento ao apelo extremo fundada em decisão pendente de publicação – Irrelevância; Cofins – Isenção – Sociedade civil de profissão regulamentada – Benefício previsto em lei complementar revogado por lei ordinária – Constitucionalidade – Inaplicabilidade de modulação temporal dos efeitos da decisão – Aplicabilidade meramente prospectiva de efeitos – STF – AgRg no AgIn 636.933-4/RJ – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Joaquim Barbosa*..... 375

IV. RESENHAS

1. José Joaquim Gomes Canotilho; José Rubens Morato Leite. *Direito constitucional ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007
 MANUELLA SANTOS..... 379

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES 381

Por problemas técnicos, o artigo *Teoria geral do princípio da proporcionalidade*, de autoria de José Alfredo de Oliveira Baracho, anunciado como chamada do volume anterior, não será publicado.

Revista de

DIREITO DO CONSUMIDOR

Ano 18 • n. 71 • jul.-set./ 2009

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Superendividamento do consumidor: conceito, pressupostos e classificação
 ANDRÉ PERIN SCHMIDT NETO 9
2. O abuso na concessão de crédito: o risco do empreendimento financeiro na era do hiperconsumo
 CRISTINA TEREZA GAULIA..... 34
3. O princípio da sustentabilidade e o direito do consumidor
 FÁBIO DE SOUZA TRAJANO..... 65
4. As faces da proteção do consumidor no direito de marcas
 GUSTAVO BAHUSCHEWSKYJ CORRÊA..... 77
5. Conciliação aplicada ao superendividamento: estudo de casos
 KÁREN RICK DANILEVICZ BERTONCELLO E
 CLARISSA COSTA DE LIMA 106
6. A proteção do consumidor como dever de proteção estatal de hierarquia constitucional
 MARCELO SCHENK DUQUE 142
7. A revisão contratual no Código de Defesa do Consumidor
 MAURÍCIO CRESPO RANGEL 168
8. A garantia de participação efetiva das entidades de defesa dos consumidores nos recursos repetitivos
 WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA E
 BRUNA CAVALCANTE LAMOUNIER FERREIRA 195

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. O conceito de *direção* no Estado de domicílio do consumidor no direito internacional de proteção ao consumidor (especialmente sob o art. 15, § 1.º, *lit. "c"*, do Regulamento Bruxelas I)

PETER MANKOWSKI 221

III. JURISPRUDÊNCIA

Íntegra

1. Superior Tribunal de Justiça

Consumidor – Direito à informação – Produtos alimentícios – Rotulagem – Obrigatoriedade de o fornecedor informar na embalagem de produtos a base de glúten de que, além de o alimento possuir a substância, tal ingrediente pode causar sérios riscos à saúde de portadores de doença celíaca – Admissibilidade – Irrelevância de que a advertência seja dirigida a um pequeno grupo de pessoas, uma vez que o ordenamento jurídico visa a resguardar não somente a vida de muitos, mas também a vida de poucos – Inexistência de antinomia entre a Lei 10.674/2003 e o art. 31 da Lei 8.078/1990 – STJ – REsp 586.316/MG – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Herman Benjamin* 253

Ação civil pública – Consórcio – Demanda interposta contra administradora que deixava de devolver os valores pagos aos consorciados desistentes após o encerramento do grupo – Prática abusiva evidenciada – Quantias que devem ser devolvidas em sua integralidade, acrescidas de juros e correção monetária – Decisão judicial que viola o disposto nos arts. 95 e 103 da Lei 8.078/1990 ao delimitar o período de devolução à vigência de portaria do Ministério da Fazenda – STJ – REsp 702.976/SP – 4.ª T. – v.u. – rel. Min. *Luis Felipe Salomão* 270

Consumidor – Rescisão contratual – Vício do produto – Restituição do valor pago – Fornecedor que pretende que o valor referente ao deságio em função da depreciação e fruição do bem seja considerado, de ofício, caso o pedido de devolução dos valores seja julgado procedente

- Inadmissibilidade – Fato novo inexistente – Matéria a ser apresentada em contestação – STJ – REsp 1.072.988/MG – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. *Sidnei Beneti*..... 277
2. Tribunal de Justiça do Distrito Federal
- Seguro – Veículo automotor – Acidente de trânsito – Automóvel envolvido no sinistro conduzido por filho do segurado – Exclusão da cobertura fundada em cláusula contratual que estabelece o não pagamento do prêmio em situações em que o condutor tenha entre 18 e 25 anos – Abusividade – Motorista devidamente habilitado – Má-fé do segurado não comprovada – Indenização devida – TJDF – ApCiv 2007.01.1.087336-4 – 4.ª T. Civ. – v.u. – rel. Des. *Hector Valverde Santana* 281
3. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
- Contrato bancário – Novação – Ocorrência – Cadastros de inadimplência – Inscrição do nome do contratante original, falecido e sucedido por sua mulher, em serviços de proteção ao crédito, tendo por fundamento os valores substituídos pelo novo ajuste – Inadmissibilidade – Contratos anteriores que devem ser extintos e novo acordo que não pode ser exigido, ainda, pela instituição financeira, nem gerar inscrição em cadastros restritivos de crédito – TJRS – ApCiv 70026728303 – 19.ª Câm. Civ. – v.u. – rel. Des. *Guinther Spode*..... 287
- Compromisso de compra e venda – Imóvel rural – Rescisão contratual – Admissibilidade – Área anunciada substancialmente maior do que a de fato existente – Má-fé do promitente vendedor evidenciada – Condução da partes ao estado anterior que se impõe – TJRS – ApCiv 70029532280 – 19.ª Câm. Civ. – v.u. – rel. Des. *Guinther Spode*..... 290

IV. TRABALHOS FORENSES

1. A função social do Procon/RS na defesa do consumidor: decisão no Processo Administrativo que tratou sobre a violação do dever de informar no caso do acidente com o voo JJ 3054 da TAM
- ANDRÉ DE MOURA SOARES..... 293

II. D	2. Ação civil pública ajuizada contra instituição financeira. Contrato padrão de adesão. Arrendamento mercantil JOÃO LOPES GUIMARÃES JÚNIOR	308
	3. Empresa aérea: ilegalidade de cobrança da taxa de combustível LEONARDO ROSCOE BESSA.....	340
III.	4. Dano moral coletivo por ofensa ao Decreto do SAC LEONARDO ROSCOE BESSA, PAULO JOSÉ ROCHA JR., JAIR JOSÉ PERIM, MANUEL DE MEDEIROS DANTAS, ANA LUISA FIGUEIREDO DE CARVALHO, DIOGO PALAU FLORES DOS SANTOS E RICARDO MORISHITA WADA	350

V. NOTAS

1. Acesso do indígena à educação ao consumo: precedente do Conselho Gestor do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA.....	393
---	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES	399
--	-----

Revista de
**DIREITO DO
TRABALHO**

Ano 35 • n. 135 • jul.-set./ 2009

I. DOCTRINA NACIONAL

1. A contribuição sindical compulsória: parafiscalidade e autonomia sindical: institutos inconciliáveis
ALESSANDRA TORRES VAZ MENDES 9
2. Contrato de trabalho na Administração Pública sem concurso público: direito ao recebimento de todas as verbas rescisórias
ENIO SANT' ANNA JÚNIOR..... 30
3. Aspectos sobressalentes da remuneração do empregado futebolista
FÁBIO MENEZES DE SÁ FILHO 53
4. Relações de trabalho no exterior e lei aplicável
GUSTAVO FILIPE BARBOSA GARCIA..... 86
5. Fator previdenciário: fórmula, aspectos qualitativos e inconstitucionalidade embutida
LUCIANO MARINHO FILHO 94
6. Meio ambiente do trabalho e direitos fundamentais
MARCOS NEVES FAVA 102
7. O combate às práticas desleais: uma perspectiva comparada das relações coletivas de trabalho
MARCUS DE OLIVEIRA KAUFMANN..... 112
8. Ônus da prova
RAFAEL FORESTI PEGO..... 166
9. As ações de danos material e moral decorrentes de acidente do trabalho ajuizadas pelos herdeiros e dependentes da vítima são da competência da Justiça do Trabalho
RAIMUNDO SIMÃO DE MELO 174

10. Desconsideração da personalidade jurídica: perspectiva pelo direito constitucional do trabalho. Enfoque no aspecto material
 RAPHAEL JACOB BROLIO 183

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Justicia efectiva, igualdad real de las partes en el proceso laboral, y rapidez procesal: por un derecho del trabajo procesal
 FRANCISCO PÉREZ AMORÓS..... 195
2. Jurisprudencia europea en materia social: a propósito de las sentencias del TJCE y del tedh de finales de 2008 y comienzos de 2009
 IVÁN ANTONIO RODRÍGUEZ CARDO..... 243
3. Los derechos sociales en la flexibilización del trabajo globalizado y sus consecuencias en el derecho de la seguridad social
 JULIO ISMAEL CAMACHO SOLÍS..... 269

III. PARECERES

1. Inteligência dos arts. 40, § 1.º, II e III, 123 e 142 com seu § 3.º, X, da CF/1988. A convivência de dois regimes previdenciários. Aposentadoria integral independente de idade por ingresso na magistratura militar. Ministros militares do Superior Tribunal Militar continuam oficiais da ativa
 IVES GANDRA DA SILVA MARTINS 295

IV. JURISPRUDÊNCIA

1. Tribunal Superior do Trabalho
 Honorários de advogado – Sucumbência – Condenação ao pagamento da verba honorária que, no processo do trabalho, depene da observância dos requisitos afetos à prestação de assistência sindical e à impossibilidade de demandar sem prejuízo do próprio sustento – Inteligência do art. 14 da Lei 5.584/1970 e das Súmulas 219 e 329 do TST – TST – RR 116/2007-030-4-00.3 – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. *Vieira de Mello Filho* 317

Arbitragem – Direito individual do trabalho – Inaplicabilidade da Lei 9.307/1996 – Posição de desigualdade existente entre empregado e empregador no contrato de trabalho que dificulta a observância do princípio da livre manifestação da vontade – TST – AgIn em RR 415/2005-039-02-40.9 – 6.ª T. – v.u. – rel. Min. <i>Horácio Senna Pires</i>	321
Direito de greve – Serviço essencial – Fixação de percentuais mediante os quais as partes providenciem o atendimento das necessidades inadiáveis – Admissibilidade – Porcentagem, no entanto, que não deve ser muito alta, a fim de não inviabilizar o movimento paredista, nem tão baixa, que não atenda ao mínimo indispensável para o funcionamento do serviço – Inexistência de afronta ao art. 9.º da CF/1988; Custas processuais – Dissídio coletivo – Partes vencidas que respondem solidariamente pelos encargos – Inteligência do art. 789, § 4.º, da CLT – TST – RODC 20313/2007-000-02-00.8 – Seção Especializada em Dissídios Coletivos – v.u. – rel. Min. <i>Márcio Eurico Vitral Amaro</i>	325
Exercício profissional – Regulamentação da profissão – Conselhos regionais ou federais – Estabilidade no emprego – Inocorrência – Órgãos que detêm autonomia administrativa e financeira – Empregados de referidos conselhos que podem ser dispensados imotivadamente – Inaplicabilidade dos arts. 37, II, e 41 da CF – TST – AgIn em RR 274/2004-020-04-40.8 – 7.ª T. – v.u. – rel. Min. <i>Pedro Paulo Manus</i>	333
Penhora – Execução provisória – Mandado de segurança – Impetração contra a determinação de constrição sobre numerários, ainda que o devedor tenha apresentado outros bens para garantir a execução – Inadmissibilidade – Matéria já arguida em sede de embargos à execução – TST – ROMS 1129/2008-000-04-00.9 – Subseção II Especializada em Dissídios Individuais – v.u. e m.v. rel. Min. <i>José Simpliciano Fontes de F. Fernandes</i>	337
Contrato de trabalho – Direito internacional privado – Trabalho em navio estrangeiro – Empregado pré-contratado no Brasil para exercício parcial de funções em território nacional – Aplicação da legislação brasileira que	

- se impõe – Observância ao princípio do centro de gravidade – TST – RR 127/2006-446-02-00.1 – 8.ª T. – v.u. rel. Min. *Maria Cristina Irigoyen Peduzzi* 341
- Assédio moral – Caracterização – Empregador que adota prendas e castigos como justificativa para aumento da produtividade de empregado – Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana evidenciada – Indenização devida; Adicional de horas extras – Comissionista misto – Verba devida somente sobre a parte variável da remuneração – Aplicação da Súmula 340 do TST – TST – RR 985/2006-025-03-00.7 – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. *Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira* 346
2. Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região
- Jornada de trabalho – Hora extra – Inadmissibilidade – Bancário – Cargo de confiança – Função que, no setor bancário, nem sempre exige amplos poderes de mando, subordinados ou assinatura autorizada – Grau de confiança depositado neste tipo de empregado que deve estar acima do comum, além daquele inerente a qualquer relação de emprego – Inteligência do art. 224, § 2.º, da CLT – TRT-2.ª Reg. – RO 01420200708202008 – 11.ª T. v.u. – rel. Juiz *Eduardo de Azevedo Silva* 365
3. Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região
- Trabalho rural – Vínculo de emprego – Inocorrência – Trabalhador contratado para execução de determinados serviços – Inexistência de subordinação entre as partes – Prestação de serviços que se dava em regime de empreitada – TRT-18.ª Reg. – RO 00509-2006-231-18-00-2 – 1.ª T. – v.u. rel. Juiz conv. *Marcelo Nogueira Pedra* 369

V. NOTAS

1. Rescisão do contrato de trabalho de atleta de futebol. Unilateralidade da cláusula penal
 DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI 373
2. II Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista
 RENATA DO NASCIMENTO MELLO 380

**REVISTA DE DIREITO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

SUMÁRIO

• DOUTRINA

Notas às Súmulas Vinculantes Administrativas NAGIB SLAIBI FILHO.....	13
---	----

Honorários Advocatícios na Fase de Cumprimento de Sentença no Processo Civil	
--	--

AGOSTINHO TEIXEIRA DE ALMEIDA FILHO	35
---	----

A Transformação da Propriedade e a Evolução das Companhias no Direito Brasileiro	
--	--

ANDRÉ R.C. FONTES E ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO	41
---	----

Da Extinção dos Contratos	
---------------------------	--

ANTÔNIO AUGUSTO DE TOLEDO GASPAR	45
--	----

Direitos Fundamentais – Legítimas Prerrogativas de Liberdade, Igualdade e Dignidade	
---	--

ALEXANDRE GUIMARÃES GAVIÃO PINTO	49
--	----

Extensão da Falência e o Grupo de Sociedades	
--	--

JORGE LOBO	62
------------------	----

Acordos Administrativos, Decisões Arbitrais e Pagamentos de Condenações Pecuniárias por Precatórios Judiciais	
---	--

FLÁVIO DE ARAÚJO WILLEMAN	72
---------------------------------	----

Transformações do Direito Administrativo e a (In)Segurança Jurídica	
---	--

SÉRGIO GUERRA	97
---------------------	----

A Comunhão dos Aquestos no Regime da Separação Obrigatória de Bens	
--	--

SÍLVIA REGINA DA ROCHA	119
------------------------------	-----

• JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	131
--	-----

• JURISPRUDÊNCIA TEMÁTICA - A SUCESSÃO DOS CÔNJUGES E DOS	
---	--

COMPANHEIROS NO CÓDIGO CIVIL VIGENTE	191
--	-----

• JURISPRUDÊNCIA CÍVEL.....	215
• JURISPRUDÊNCIA CRIMINAL	323
• PROPOSTAS DE ENUNCIADOS DE SÚMULAS CRIMINAIS	399
• SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	407
ÍNDICE ALFABÉTICO DAS SÚMULAS	408
• ÍNDICE DE DOCTRINAS E ACÓRDÃOS POR ASSUNTO	441
• ÍNDICE DE ACÓRDÃOS POR RELATOR	452
• ÍNDICE DE ACÓRDÃOS POR ORDEM NUMÉRICA	456

Revista de DIREITO IMOBILIÁRIO

Ano 32 • n. 66 • jan.-jun./ 2009

I. DOCTRINA NACIONAL

1. A influência do Código Civil no Registro Imobiliário
Frederico Henrique Viegas de Lima 13
2. A qualificação em face do pedido de retificação da descrição de imóvel
Oatomo José Canavarros Serra 67
3. Particularidades da retrovenda no direito notarial e registral
Roberto Wagner Marquesi 89

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Aquisição a *non domino* no direito português
Henrique Olegário Pachêco 99
2. La financiación inmobiliaria en Brasil
Melhim Namem Chalhub 125

III. PARECER

1. Possibilidade de modificação na destinação das unidades autônomas e seus reflexos no memorial de incorporação e instituição do condomínio
Frederico Henrique Viegas de Lima 141

IV. JURISPRUDÊNCIA

Íntegra

1. 1.ª Vara de Registros Públicos de São Paulo
 Cláusulas restritivas. Transposição. Sub-rogação de vínculo. Via judicial – Processo 583.00.2008.211882-9 – 1.ª VRPSP – rel. *Gustavo Henrique Bretas Marzagão* 153
- Adjudicação. Parcelamento do solo urbano. Loteamento – regularização. CND. INSS e Receita Federal. Ativo fixo. Especialidade objetiva – Processo 583.00.2008.203739-0 – 1.ª VRPSP – rel. *Gustavo Henrique Bretas Marzagão* 155
2. Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo
 Penhora. Certidão de inteiro teor. Averbação. Exequente – Provimento CGJ 01/2009 – CGJESP – rel. *Ruy Pereira* 157
- Retificação de registro. Fração ideal. Descrição. Precariedade. Titularidade dominial. Especialidade subjetiva e objetiva – Processo CG 2008/35257 (Parecer 278/2008-E) – CGJESP – rel. *José Marcelo Tossi Silva* 157

Parcelamento do solo. Regularização. Requerimento. Documentação insuficiente – Processo CG 2008/44316 (Parecer 308/2008-E) – CGJESP – rel. <i>Álvaro Luiz Valery Mirra</i>	163
Indisponibilidade. Ação de responsabilidade civil. Averbação de construção. Possibilidade – Processo CG 2008/47616 (Parecer 316/2008-E) – CGJESP – rel. <i>José Marcelo Tossi Silva</i>	165
Partilha. Separação judicial. Regime matrimonial. Comunhão parcial. Numerário. Doação. Comunicabilidade – Processo CG 2008/85100 (Parecer 319/2008-E) – CGJESP – rel. <i>Álvaro Luiz Valery Mirra</i>	168
3. Conselho Superior da Magistratura de São Paulo	
Carta de adjudicação. Título judicial. Qualificação. Partilha <i>per saltum</i> . Cessão de direitos hereditários. Instrumento particular. Continuidade – ApCiv 917-6/7 – CSMSP – rel. <i>Ruy Camilo</i>	172
Dúvida. Reiteração. Cédula rural pignoratícia e hipotecária. Penhor pecuário. Prazo quadrienal – ApCiv 935-6/9 – CSMSP – rel. <i>Ruy Camilo</i>	174
Penhora. Arrematação. Adjudicação. Vedação. Indisponibilidade. Averbação. Cancelamento. Via judicial – ApCiv 870-6/1 – CSMSP – rel. <i>Ruy Camilo</i>	179
Formal de partilha. Transcrição. Descrição precária. Compra e venda. Desfalque parcial. Remanescente. Apuração. Desdobro. Especialidade objetiva – ApCiv 942-6/0 – CSMSP – rel. <i>Ruy Camilo</i>	186
Servidão de passagem. Descrição. Precariedade. Retificação registral. Medidas perimetrais. Ausência. Especialidade objetiva – ApCiv 943-6/5 – CSMSP – rel. <i>Ruy Camilo</i>	191
Carta de adjudicação. Alienação voluntária. CND. INSS. Receita Federal – ApCiv 967-6/4 – CSMSP – rel. <i>Ruy Camilo</i>	193
Parcelamento do solo urbano. Loteador. Ação penal. Crime contra o patrimônio – ApCiv 856-6/8 – CSMSP – rel. <i>Ruy Camilo</i>	195
Renúncia. Escritura pública. Loteamento. Faixa de proteção de manancial. Interessados. Anuência – ApCiv 957-6/9 – CSMSP – rel. <i>Ruy Camilo</i>	199
4. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	
Agravo de instrumento. Ação de usucapião constitucional. Autora que litiga ao abrigo da gratuidade. Dever do Estado de viabilizar o direito da parte carente à obtenção, sem custo, das certidões imobiliá-	

rias necessárias ao ajuizamento da ação. Provimento 17 – AgIn 70029666666 – TJRS – 18. ^a Câm. Civ. – rel. <i>Cláudio Augusto Rosa Lopes Nunes</i>	203
Apelações cíveis. Contratos agrários. Adjudicação. Preempção. Reintegração de posse – Apelações Cíveis 70029020823; 70029020658 – 9. ^a Câm. Civ. – TJRS – rel. <i>Iris Helena Medeiros Nogueira</i>	204
Apelação cível. Ação de retificação de registro de imóveis. Competência interna. Declinação – ApCiv 70029147584 – TJRS – Comarca de Sapucaia do Sul – 5. ^a Câm. Civ. – TJRS – rel. <i>Romeu Marques Ribeiro Filho</i>	214
Apelação cível. Embargos de terceiro. Execução. Penhora de imóvel. Fraude à execução não configurada – ApCiv 70028350072 – TJRS – 15. ^a Câm. Civ. – rel. <i>Angelo Maraninchi Giannakos</i>	216
Responsabilidade civil em acidente de trânsito. Embargos de terceiro. Fraude à execução indemonstrada. Penhora. Desconstituição. Boa-fé da adquirente – ApCiv 70027271113 – TJRS – rel. <i>Voltaire de Lima Moraes</i> ..	221
Direito privado não especificado. Embargos de terceiro. Dação em pagamento. Ausência de registro. Penhora – ApCiv 70026880468 – TJRS – 11. ^a Câm. Civ. – rel. <i>Voltaire de Lima Moraes</i>	225
Ação de despejo c/c cobrança de locativos. Comprovação da propriedade do imóvel em nome do autor, porquanto registrado o bem no registro de imóveis, após aquisição de carta de adjudicação, quando findo o processo onde figurava a parte como inventariante. Recolhimento dos impostos devidos para regular tramitação do negócio, bem como efetivada a extração de todas as certidões negativas do imóvel para atendimento da pretensão. Registro do imóvel que possui efeito erga omnes, no que tange à proteção do direito de propriedade. Sentença de parcial procedência mantida. Recurso desprovido – Recurso Cível 71001873306 – TJRS – 3. ^a T. Recursal Cível – rel. <i>Eduardo Kraemer</i>	233
Embargos de terceiro. Contrato de permuta. Encargos condominiais. Natureza <i>propter rem</i> . Penhora de imóvel – ApCiv 70029445616 – TJRS – 17. ^a Câm. Civ. – rel. <i>Elaine Harzheim Macedo</i>	234
Registro de imóveis. Ação de retificação de registro público. Acréscimo de área. Possibilidade. Apelação provida. Sentença desconstituída – ApCiv 70029425113 – TJRS – 17. ^a Câm. Civ. – rel. <i>Pedro Luiz Rodrigues Bossle</i>	237

Apelação. Dissolução de união estável. Partilha. Imóvel. Adequação. Honorários do defensor dativo. Majoração. Descabimento – ApCiv 70027149434 – TJRS – 8.ª Câm. Cív. – rel. Rui Portanova	239
Agravo interno. Direito tributário. Execução fiscal. Imóvel oferecido à penhora pelo executado. Recusa justificada do exequente. Bem já penhorado em outra execução fiscal, cujo crédito é superior ao valor estimado do imóvel, em trâmite perante a justiça federal. Averbação da penhora e de hipotecas junto ao registro de imóveis – Ag 70029408358 – 2.ª Câm. Cív. – rel. Miguel Ângelo da Silva.....	241
Apelação cível. Locação comercial. Ação de despejo por denúncia vazia. Ação cominatória. Agravo retido. Apreciação. Requerimento expresso. Desnecessidade de produção de provas para o julgamento da lide. Cerceamento de defesa inócurrenente. Preliminar de não conhecimento do recurso face à deserção rejeitada. Fiadores. Legitimidade passiva para a ação de despejo. Ônus da prova. Caso concreto. Direito de preferência do locatário afastado. Exegese do art. 33 da Lei do Inquilinato. Contrato de locação não averbado no competente cartório de registro de imóveis – ApCiv 70027274422 – TJRS – 15.ª Câm. Cív. – rel. Otávio Augusto de Freitas Barcellos	245
Apelação cível. Embargos de terceiro. Adquirente de boa-fé impedida de registrar o imóvel em seu nome. Pedido de levantamento de construção judicial no registro imobiliário que proíbe a alienação do imóvel. Descabimento – ApCiv 70025516667 – TJRS – 7.ª Câm. Cív. – rel. Ricardo Raupp Ruschel	251
Apelações cíveis. Ação declaratória de extinção de usufruto. Impugnação ao benefício da AJG. Juntada de documentos com a apelação. Descabimento. Preliminar de não conhecimento dos documentos acolhida. Com base no art. 397 do CPC, descabe juntar com a apelação documentos que não sejam novos ou relativos a fatos novos supervenientes – ApCiv 70025315557 – TJRS – 7.ª Câm. Cív. – rel. Ricardo Raupp Ruschel	257
Registros públicos. Registro de imóveis. Dúvida – ApCiv 70027972207 – TJRS – 19.ª Câm. Cív. – rel. José Francisco Pellegrini.....	270
Embargos de terceiro. Terreno. Posse suficientemente comprovada. Terceiro de boa-fé. Sentença mantida. Recurso improvido – Recurso Cível 71001861905 – 2.ª T. Recursal Cível – rel. Vivian Cristina Angonese Spengler..	272

Agravo de instrumento. Embargos à execução. Negócios jurídicos bancários – AgIn 70028318665 – 16.ª Câm. Cív. – rel. <i>Ergio Roque Menine</i>	273
Embargos de terceiros. Aquisição. Ausência de restrição – Recurso Cível 71001921154 – 3.ª T. Recursal Cível – rel. <i>Eduardo Kraemer</i>	274
Registro de imóveis. Retificação – ApCiv 70028759553 – TJRS – 17.ª Câm. Cív. – rel. <i>Pedro Luiz Rodrigues Bossle</i>	275
Agravo de instrumento. Ação de desapropriação direta. Registro de posse provisória no registro de imóveis. Ausência de previsão legal – AgIn 70028363141 – 4.ª Câm. Cív. – rel. <i>Alexandre Mussoi Moreira</i>	277
Agravo de instrumento. Averbação no registro de imóveis de protesto contra alienação de bens. Caso concreto em que inexistente, pelo menos, um dos requisitos para o deferimento de medida cautelar, qual seja, o periculum in mora. Agravo de instrumento desprovido. Unânime – AgIn 70028271823 – 9.ª Câm. Cív. – rel. <i>Léo Romi Pilau Júnior</i>	278
Apelação. Execução fiscal. Prescrição – ApCiv 70027879832 – TJRS – 21.ª Câm. Cív. – rel. <i>Marco Aurélio Heinz</i>	280
Ação de cobrança. Cotas condominiais. Inépcia da inicial. Comprovada a condição da ré de proprietária do imóvel – ApCiv 70027477041 – TJRS – 19.ª Câm. Cív. – rel. <i>Mylene Maria Michel</i>	282
Apelação cível. Ação de usucapião. Ausência de citação. Nulidade – ApCiv 70026715995 – TJRS – 19.ª Câm. Cív. – rel. <i>Guinther Spode</i>	285
Apelação cível. Honorários de profissional liberal. Embargos à penhora. Vaga de garagem em apartamento residencial. Penhorabilidade – ApCiv 70027530773 – TJRS – 16.ª Câm. Cív. – rel. <i>Ergio Roque Menine</i>	287
Agravo de instrumento. Promessa de compra e venda. Antecipação de tutela. Abstenção de inscrição em cadastros restritivos de crédito. Impossibilidade. Precedentes da câmara. Mesmo estando pendente ação revisional, é permitido o cadastro do nome do devedor inadimplente nos órgãos de restrição ao crédito, não cabendo, portanto, a concessão de tutela antecipada para impedir o cadastramento. Consolidação da propriedade. Há previsão legal hábil a amparar a consolidação da propriedade. Pretensão de envio de	

- ofício ao registro de imóveis para suspensão dos efeitos da notificação extrajudicial. Não acolhimento. Recurso a que se nega seguimento – AgIn 70029167939 – 17.ª Câm. Civ. – rel. *Luiz Renato Alves da Silva* 290
- Apelação cível. Adjudicação compulsória. Área rural. Ausência de transferência de propriedade do imóvel adjudicado. Alienantes que não constam no registro de imóveis. Violação do princípio da continuidade. Lei 6.015/1973–TJRS–ApCiv 70024199762–20.ª Câm. Civ. – rel. *Glênio José Wasserstein Hekman* 292
- Embargos de terceiro. Certidão comprobatória do ajuizamento da execução. Erro constante na certidão. Averbação realizada no registro de imóveis. Ônus do exequente – ApCiv 70027256346 – TJRS – 19.ª Câm. Civ. – rel. *Carlos Rafael dos Santos Júnior*.... 296
- Apelação cível. Desapropriação de imóvel rural. Construção de usina elétrica. Pedido de indenização complementar por área de posse. Impossibilidade, porquanto o imóvel já fora devidamente indenizado. Inocorrência da prescrição, forte no art. 205 do CC–ApCiv 70028518090–TJRS – 4.ª Câm. Civ. – rel. *João Carlos Branco Cardoso* .. 298
- Apelação cível. Execução fiscal. IPTU e taxas de serviços urbanos. Certidões de dívida ativa que indicam como devedor pessoa contra quem foi ajuizada a ação, o qual já havia falecido antes dos exercícios exigidos (2002 a 2005). Partilha averbada no registro de imóveis no ano de 1988. Prosseguimento do feito em relação a um dos herdeiros. Substituição da CDA para alteração do sujeito passivo. Impossibilidade. Precedentes do STJ e deste tribunal. Sentença mantida. Apelo desprovido – ApCiv 70025315847 – TJRS – 2.ª Câm. Civ. – rel. *Sandra Brisolara Medeiros* . 305
- Apelação cível. Registro de imóveis. Dúvida. Decisão monocrática. Perda de objeto, face ao julgamento de mandado de segurança envolvendo o objeto do presente recurso. Recurso julgado prejudicado em decisão monocrática – ApCiv 70024432189 – TJRS – 18.ª Câm. Civ. – rel. *Cláudio Augusto Rosa Lopes Nunes*..... 310
- Apelação cível. Licitação e contrato administrativo. Ação civil pública por improbidade administrativa e ação de restituição do indébito. Apreciação conjunta. Obra pública. Pagamento indevido. Recebimento do preço contratado sem a execução do serviço. Emissão de laudos técnicos fraudulentos. Procedimento atentatório ao erário público. Reparo na tipificação das con-

dutas de cada réu e na dosimetria da pena a eles imposta. Imóvel residencial. Indisponibilidade. Exceções à cláusula geral da impenhorabilidade do bem de família previstas nos incisos do art. 3.º da Lei 8.009/1990 não recebidas pela EC 26/2000. Necessidade de análise caso a caso – Ap e Reexame Necessário 70004336665 – 21.ª Câm. Cív. – rel. <i>Genaro José Baroni Borges</i>	310
--	-----

V. ÍNDICES

Índice Onomástico	327
Índice Alfabético-remissivo	333
Normas de publicações para autores.....	343

Revista de **DIREITO PRIVADO**

Ano 10 • n. 39 • jul.-set./ 2009

I. DOCTRINA NACIONAL

- | | |
|--|-----|
| 1. Obrigações de meio, de resultado e de garantia
ALEXANDRE LAIZO CLÁPIS..... | 9 |
| 2. O valor da afetividade na tutela da diversidade familiar:
a hipótese de concorrência sucessória entre o cônjuge su-
pérstite e os descendentes híbridos na partilha de bens.
BENEDICTO DE VASCONCELLOS LUNA GONÇALVES PATRÃO | 43 |
| 3. Negócios jurídicos: interpretação, integração, conteúdo
negocial e efeitos
CLÁUDIO JOSÉ FRANZOLIN | 61 |
| 4. Das críticas e dos argumentos favoráveis ao direito à he-
rança
DANIELA SOARES HATEM | 87 |
| 5. A teoria da quebra da base objetiva à luz do Código Civil
e do Código de Defesa do Consumidor
FABIOLA MEIRA DE ALMEIDA SANTOS..... | 108 |
| 6. Direitos de personalidade: conteúdo e sistematização
FLÁVIO HENRIQUE SILVA FERREIRA | 137 |
| 7. A base objetiva do negócio jurídico e as conseqüências da
sua quebra
GABRIELLA FREGNI | 169 |
| 8. Assédio moral na empresa e responsabilidade civil do em-
pregador
GRASIELE AUGUSTA FERREIRA NASCIMENTO
E MARIA APARECIDA ALKIMIN..... | 182 |

9. Aplicabilidade do princípio do julgador natural no Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado de São Paulo JOÃO BOSCO MACIEL JUNIOR	211
10. Garantias reais: disposições gerais do penhor, da hipoteca e da anticrese LEONARDO GOMES DE AQUINO	222
11. Que coisa é a coisa? Reflexões em torno a um pequeno ensaio de Carnelutti LUCIANO DE CAMARGO PENTEADO	249
12. O direito como linguagem e discurso: a retórica judicial MÁRIO SOARES CAYMMI GOMES	259
13. Dinamicidade do direito de obrigações: variações sobre a Convenção de Arbitragem na Lei 9.307/1996 PÉRSIO THOMAZ FERREIRA ROSA.....	285

II. JURISPRUDÊNCIA

1. Superior Tribunal de Justiça

Ação indenizatória – Dano moral – Matéria jornalística – Candidato a governador de Estado que, em entrevista a jornais de grande circulação, ofende a honra de opositor político – Hipótese em que não houve simples manifestação do pensamento e do legítimo direito de crítica, mas sim vontade deliberada de provocar ofensas à pessoa de seu adversário – Verba devida; Ação indenizatória – Dano moral – Reconvenção – Admissibilidade – Matéria jornalística – Direito de resposta – Ofendido que se vale do espaço reservado para manifestar-se sobre ofensas irrogadas por seu adversário político para também ofender o ofensor – Inadmissibilidade – Dever de indenizar que se impõe – STJ – REsp 296.391/RJ – 4.ª T. – v.u. rel. Min. *Luis Felipe Salomão*.....

309

Doação – Casamento – Regime de separação legal de bens – Cônjuge maior de 60 anos – Ato de liberalidade realizado na constância do matrimônio, em favor do outro cônjuge – Validade – Código Civil de 1916, vigente na época em que contraídas as núpcias, que

não veda o referido ato – Restrições impostas em razão da idade que, nos dias de hoje, não se justificam, pois representam ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana – STJ – REsp 471.958/RS – 3.ª T. – v.u. rel. Min. <i>Nancy Andrichi</i>	324
Imposto de renda – Não incidência – Indenização por dano moral – Verba que não representa acréscimo patrimonial, mas recomposição do patrimônio imaterial da vítima – Obediência ao princípio da reparação integral – STJ – REsp 963.387/RS – 1.ª Seção – maioria rel. Min. <i>Herman Benjamin</i>	334
Responsabilidade civil – Direito à imagem – Tutela antecipatória – Retirada de página da Internet com conteúdo ofensivo à honra e à imagem – Pretensão manifestada contra empresa nacional, controlada no País por sociedade de origem estrangeira – Admissibilidade – Grupo brasileiro que auferir diversos benefícios quando se apresenta ao mercado de forma tão semelhante à sua controladora norte-americana – STJ – REsp 1.021.987/RN – 4.ª T. – v.u. rel. Min. <i>Fernando Gonçalves</i>	351
Ação indenizatória – Dano moral – Pretendida elevação do <i>quantum</i> indenizatório em sede de recurso especial – Admissibilidade somente se demonstrados que os valores fixados são irrisórios ou exagerados – STJ – REsp 1.036.485/SC – 3.ª T. – v.u. rel. Min. <i>Nancy Andrichi</i>	356

REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS

Ano IX – 2009 – Nº 34

Diretores da Revista:

Andrei Zenkner Schmidt

Felipe Cardoso Moreira de Oliveira

Marco Antônio C. Paixão

PREFÁCIO

- 07 Tributo ao Professor Nilo Batista
O Impressionista do Sistema Penal
(René Ariel Dotti)

DOCTRINA NACIONAL

- 13 *Bullying*, Criminologia e a Contribuição de Albert Bandura
(Lélio Braga Calhau)
- 27 Breves Considerações Sobre a Revalorização da
Vítima e a Reparação do Dano no Processo Penal Brasileiro
(Renata Jardim da Cunha Rieger e Rodrigo Oliveira de Camargo)
- 47 Direito Penal, Literatura e Representações
(Fabio Roberto D'Avila)
- 57 A Semi-Imputabilidade Sob o Enfoque da Neurociência Cognitiva
*(Silvio José Lemos Vasconcelos, Roberta Salvador Silva, Rossana Andriola
Pereira, Karla Rafaela Haack e Gabriel José Chittó Gauer)*
- 69 Direito e Política na Emergência Penal: Uma Análise Crítica à
Flexibilização de Direitos Fundamentais no Discurso do
Direito Penal do Inimigo
(Felipe Daniel Amorim Machado)
- 93 Seminário do Grupo Brasileiro da Associação Internacional de
Direito Penal (AIDP-Brasil) “Recrudescimento Punitivo e Segurança
Jurídica” (21 de Maio de 2009, Hotel Renaissance em São Paulo)
(Denise Provasi Vaz)

DOCTRINA ESTRANGEIRA

- 117 Los Estragos de la Lucha Contra la “Criminalidad Organizada”
en el Sistema Penal: El Caso Colombiano
(Juan Oberto Sotomayor Acosta)



Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**Revista de Jurisprudência
do Tribunal de Justiça do Ceará**

Volume 30

ISSN 2175-0874

R. Jurisp. Trib. Justiça Est. Ceará, Fortaleza, v.30, p. 1 - 352, 2009

Sumário

Composição do Tribunal Pleno.....	3
Composição das Câmaras.....	4/5

Doutrina

Fragments da Nova Sistemática da Execução Civil (UMA VISÃO CALEIDOSCÓPICA).....	11/25
---	-------

Francisco de Assis Filgueira Mendes

Professor da Faculdade de Direito da UFC

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Jurisprudência Cível

Apelação Cível.....	31/167
Agravo de Instrumento.....	171/203
Agravo Regimental.....	207/221
Ação Rescisória.....	225/233
Habeas Corpus Cível.....	237/245
Mandado de Segurança.....	249/271

Jurisprudência Criminal

Apelação Crime.....	277/311
Habeas Corpus.....	315/337
Mandado de Segurança Criminal.....	341/345

Índice Alfabético.....	347/352
------------------------	---------

REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Art. 168 da Lei Complementar nº 106, de 03 de janeiro de 2003)

SUMÁRIO

DOCTRINA

Alexander Araujo de Souza — Lineamentos sobre o abuso do direito	3
Arnoldo Wald — OPAC e a ousadia de inovar	25
Áurea Pimentel Pereira — O regime das penas nos crimes hediondos	29
Damásio de Jesus — Juizados Especiais Criminais, ampliação do rol dos crimes de menor potencial ofensivo e Estatuto do Idoso	33
Décio Alonso Gomes — Confrontação do depoimento com redução de danos (abordagem desde uma perspectiva criminal)	35
Fernando Tourinho Filho — O questionário no plenário do júri	53
Jorge Lobo — Princípios de Governança Corporativa	67
Jorge Miranda — A Constituição e a Democracia Portuguesa	87
Lair Amaro dos Santos Faria — Percalços e sucessos na vida dos promotores públicos nas comarcas do Estado no fim do século XIX (<i>Pro memoria</i>)	99
Marcos Ramayana Blum de Moraes — Recentes mudanças no rito dos crimes eleitorais	105

PARECERES E RAZÕES

— <i>Habeas corpus</i> . Persecução direta pelo Ministério Público. Prisão temporária. Análise da necessidade cautelar e posicionamento dos tribunais superiores. (Astério Pereira dos Santos)	115
— E.C.A. <i>Error in procedendo</i> . Nulidade do feito. Pedido de aplicação de medida protetiva formulado pelo Ministério Público ao juízo da Infância e Juventude. Inobservância do devido processo legal. Inexistência de exercício de função jurisdicional. Aplicação de medida protetiva. Função do Conselho Tutelar. Princípio da Eventualidade. Reforma da sentença extinguindo-se o processo sem exame do mérito por inépcia da inicial. (Carla Carvalho Leite)	123

— Investigação criminal direta. Preclusão da prova oral defensiva. Prisão domiciliar. Duração razoável do processo. (Décio Alonso Gomes)	135
— Embargos infringentes na ação rescisória. Violação a dispositivo de lei. Art. 20 § 4º do CPC. Interesse e legitimidade do procurador em rescisória ajuizada contra o cliente e seus advogados, credores de verba subumbencial. Descabimento da rescisão, que não se confunde com a revisão do julgado. (Heloisa Carpena)	149
— Ação de investigação de paternidade. Exame hematológico (DNA). Não constitui constrangimento ilegal a realização da perícia que exige a colaboração da parte para a retirada, levada a efeito por médico, do seu sangue. Prova de natureza científica que não atenta contra a moral ou os bons costumes. Recusa injustificada que se traduz em abuso de direito. Legitimidade de condução coercitiva do investigado para que seja compelido a fornecer o material necessário para a efetivação da perícia médica. (Mateus Picanço de Lemos Pinaud)	157

JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Jurisprudência Criminal

- **Habeas corpus.** *Alegação de constrangimento ilegal decorrente da admissibilidade e do julgamento de recurso especial interposto pelo Ministério Público. Condenação em primeira instância e absolvição na segunda. Recurso especial que teve por objetivo restaurar a sentença condenatória.*
 Superada a decisão condenatória com a qual assentiu, recobra o Ministério Público legitimidade para o recurso cabível. Inexistência de constrangimento ilegal.
Habeas corpus indeferido.
 (Habeas corpus 85.526 — RJ, Primeira Turma, RTJ 198, pp. 1076/1078) 167
- **Habeas corpus.** *Alegação de inexistência de justa causa para a ação penal. Denúncia baseada apenas no registro de ocorrência feito pela*

vítima. Crime de ameaça. Importância da palavra da vítima. Juizados Especiais Criminais.

Apesar de lastreada apenas no Registro de Ocorrência, a denúncia preenche os requisitos minimamente necessários a dar início à persecução penal, portando consigo elementos suficientes para que o acusado conheça o fato que lhe é imputado e possa dele se defender. Nos crimes de ameaça, a palavra da vítima se reveste de importância para a formação dos indícios de autoria, capazes de deflagrar a ação penal.

Nos juizados especiais criminais, a acusação pode ser oferecida exclusivamente com base no Termo Circunstanciado de Ocorrência – TCO, dispensando-se o próprio inquérito policial. Daí se mostrar prematuro o trancamento da ação penal.

Habeas corpus indeferido.

(*Habeas corpus* 85.803 — RJ, Primeira Turma, RTJ 199, pp. 318/324) 171

Jurisprudência Cível

— *Constitucional. Conflito negativo de atribuições. Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual Representação destinada à apuração de supostas irregularidades na privatização do sistema de transporte ferroviário nacional. Incompetência do Supremo Tribunal Federal.*

De acordo com a letra *d* do inciso I do art. 105 da Magna Carta, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente os conflitos entre juízes vinculados a tribunais diversos.

No caso, transparece um virtual conflito de jurisdição entre os juízes federal e estadual perante os quais funcionam os órgãos do *Parquet* ora em divergência. Tal situação impõe uma interpretação extensiva do dispositivo constitucional acima referido, de sorte a fixar a competência daquela Corte Superior para solucionar o dissenso instaurado nos presentes autos. Precedente: Pet 1.503, Relator Ministro Maurício Corrêa.

Conflito de atribuições não conhecido.

(Ação Cível Originária 756 — SP, Tribunal Pleno, RTJ 197, pp. 727/733) 179

— *Constitucional Atendimento em creche e pré-escola.*

I — Sendo a educação um direito fundamental assegurado em várias normas constitucionais e ordinárias, a sua não-observância pela Administração Pública enseja sua proteção pelo Poder Judiciário.

II — Agravo não provido.

(Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 463.210 – SP, Segunda Turma, RTJ 197, pp. 1054/1058)

187

— *Aposentadoria — Regência.* A aposentadoria é regida pelas normas constitucionais e legais em vigor na data em que implementadas as condições pelo servidor — Verbete n. 359 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Aposentadoria em cargo civil — Militar reformado. A Constituição Federal de 1967 bem como a de 1988, na redação primitiva, anterior à Emenda Constitucional n. 20/98, não obstaculizavam o retorno do militar reformado ao serviço público e posterior aposentadoria no cargo civil, acumulando as vantagens respectivas.

(Mandado de Segurança 24.958 – DF, Sessão Plenária, RTJ 198, pp. 154/162)

193

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Jurisprudência Criminal

— **EMENTA:** Recurso especial. Penal. Crime contra o meio ambiente. Prescrição. Falsidade ideológica. Aplicação do princípio da consunção. Impossibilidade.

1. O princípio da consunção pode ser aplicado quando um delito mais leve serve como fase preparatória ou de execução para um crime mais grave, restando absorvido por este, sendo incabível, reconhecer a absorção de crime mais grave pelo mais leve, para declarar a prescrição.

2. Recurso provido.

(Recurso Especial n. 746.765 – PA, Registro n. 2005/0072040-3, Quinta Turma, RSTJ 200, pp. 509/512, DJ 19.12.2005)

203

— **EMENTA:** Recurso em **habeas corpus**. Penal. Art. 241. Internet. Sala de bate papo. Sigilo das comunicações. Inviabilidade. Trancamento do inquérito policial. Necessidade de exame aprofundado do conjunto probatório. Inadequação da via eleita.

1. A conversa realizada em “sala de bate papo” da internet, não está amparada pelo sigilo das comunicações, pois o ambiente virtual é de acesso irrestrito e destinado a conversas informais.

2. O trancamento do inquérito policial em sede de recurso em **habeas corpus** é medida excepcional, somente admitida quando constatada, **prima facie**, a atipicidade da conduta ou a negativa de autoria.

3. Recurso que se nega provimento, com a recomendação de que o juízo monocrático determine a realização imediata da perícia requerida pelo *Parquet* nos autos, sob pena de trancamento da ação penal. (Recurso em *Habeas Corpus* n. 18.116 – SP, Registro n. 2005/0120859-5, Sexta Turma, RSTJ 201, pp. 636/639, DJ 06.03.2006)

207

Jurisprudência Cível

— **EMENTA:** Recurso especial. Ação civil pública. Contrato para realização de serviços técnicos especializados, mas não singulares. Escritório de advocacia. Licitação. Dispensa.

1. Os serviços descritos no art. 13 da Lei n. 8.666/1993, para que sejam contratados sem licitação, devem ter natureza singular e ser prestados por profissional notoriamente especializado, cuja escolha está adstrita à discricionariedade administrativa.

2. Estando comprovado que os serviços jurídicos de que necessita o ente público são importantes, mas não apresentam singularidade, porque afetos à ramo do direito bastante disseminado entre os profissionais da área, e não demonstrada a notoriedade dos advogados – em relação aos diversos outros, também notórios, e com a mesma especialidade – que compõem o escritório de advocacia contratado, decorre ilegal contratação que tenha prescindido da respectiva licitação.

3. Recurso especial não provido.

(Recurso Especial n. 436.869 – SP, Registro n. 2002/0054493-7, Segunda Turma, RSTJ 202, pp. 213/219, DJ 1º.02.2006)

211

— **EMENTA:** Civil. Alimentos. Responsabilidade dos avós. Obrigação complementar e sucessiva. Litisconsórcio. Solidariedade. Ausência.

1. A obrigação alimentar não tem caráter de solidariedade, no sentido que “sendo várias pessoas obrigadas a prestar alimentos todos devem concorrer na proporção dos respectivos recursos”.

2. O demandado, no entanto, terá direito de chamar ao processo os co-responsáveis da obrigação alimentar, caso não consiga suportar sozinho o encargo, para que se defina quanto caberá a cada um contribuir de acordo com as suas possibilidades financeiras.

3. Neste contexto, à luz do novo Código Civil, frustrada a obrigação alimentar principal, de responsabilidade dos pais, a obrigação subsidiária deve ser diluída entre os avós paternos e maternos na medida de seus recursos, diante de sua divisibilidade e possibilidade de fracionamento. A necessidade alimentar não deve ser pautada por quem paga, mas sim por quem recebe, representando para o alimentado maior provisionamento tantos quantos coobrigados houver no pólo passivo da demanda.

4. Recurso especial conhecido e provido. (Recurso Especial n. 658.139 – RS, Registro n. 2004/0063876-0, Quarta Turma, RSTJ 201, pp. 474/482, DJ 13.03.2006)	217
— EMENTA: Direito Civil e Processual Civil. Separação judicial. Litigiosidade. Revelia. Instrução do processo. Deixando o réu de apresentar contestação ao pedido de separação judicial de cunho litigioso a envolver interesse de menores, filhos do casal, não pode o juiz simplesmente decretar a pena da confissão ficta. As ações de separação judicial, nas quais o debate cinge-se ao âmbito do casal separando, tratam de direitos transigíveis. As conseqüências da separação judicial com pedido de decretação de culpa, em especial aquelas a envolver os interesses dos filhos do casal, ainda menores, sobrepõem-se, necessariamente, à disponibilidade dos direitos restritos à esfera dos cônjuges, e não permitem que os graves efeitos da revelia preponderem ante a imprescindibilidade da instrução processual. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (Recurso Especial n. 686.978 – RS, Registro n. 2004/0116174-4, Terceira Turma, RSTJ 202, pp. 282/286, DJ 13.02.2006)	225

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

Investigação direta pelo Ministério Público (José Barcelos de Souza)	231
--	-----

RELÍQUIAS DO JÚRI

O minuto que absolveu a ré! (Antonio Augusto Dunshee de Abranches)	245
---	-----

NOTICIÁRIO

— A RMP passa a ser trimestral	251
— Posse na Amperj	251
— Solenidade de Posse do Procurador-Geral de Justiça	253

— Professor Carvalho representará o MP no RIOPREVIDÊNCIA	262
— Procurador-Geral de Justiça participa de reunião do CNPG	262
— PGJ destaca participação do MP em Mutirão Carcerário	262
— Secretário Nacional de Justiça visita sede do MP	263
— Chefe do <i>Parquet</i> fluminense discursa na posse do novo presidente do TJ	264
— “Administração Presente” inicia trabalho para melhorar os órgãos de execução	266
— Operação “choque de ordem” e o MP	266
— Cláudio Soares Lopes recebe dirigentes do Centro dos Procuradores de Justiça	267
— PGJ participa de encontro na Secretaria de Fazenda com integrantes da COESF	267
— Senador Demóstenes Torres visita o MP	268
— Reunião dos Procuradores-Gerais do Rio e de São Paulo	268
— Novos integrantes do Conselho Superior do MP tomam posse	268
— Nelson Pecegueiro do Amaral (<i>honoris causa</i>)	273
— Os fundadores da Revista de Direito (memória do MP)	274
— Ministro Hamilton Carvalhido visita a RMP	275
— Homenagem ao Ministro Hamilton Carvalhido	276
— MP e Polícia Civil vão rever inquéritos antigos	284
— PGJ participa da posse do novo Corregedor do TRE-RJ	285
— PF se põe à disposição do MP para combater o crime organizado	285
— PGJ e Presidente do TJRJ discutem estratégias para área da Infância e Juventude	286
— PGJ se reúne com Procurador-Geral da República para tratar da investigação direta pelo MP	286
— MP transfere Promotorias Criminais e de Investigação Penal de Campo Grande	287
— Operação Contramão	287
— Ato de Desagravo ao Promotor de Justiça Daniel Lima Ribeiro (<i>Pro memoria</i>)	288
— MP e Secretaria de Segurança fazem parceria para o setor de inteligência	294
— Ministro do Meio Ambiente elogia Promotora pela luta ambiental	295

— Núcleo de Combate ao Crime Organizado do MP inicia atividades	295
— Projeto Grão	296
— MP e Embaixada dos EUA iniciam curso para combater crimes cibernéticos	296
— MP e TJ fortalecem entrosamento	297
— MP Comunitário vai atuar em comunidades ocupadas por policiais	297
— Procurador-Geral visita Promotorias de Barra do Pirai, Valença e Vassouras	297
— Projeto MP Comunitário	298
— Subprocurador-Geral de Planejamento Institucional visita MP gaúcho	298
— MP firma parceria com CREMERJ	299
— Procurador-Geral recebe Vice-Presidente do TJ	299
— Transmissão ao vivo das sessões dos Órgãos Colegiados	300
— Centro de Memória	300
— Subprocurador-Geral de Justiça de Direitos Humanos e Terceiro Setor acompanha visita de Presidente do STF a mutirão em Presídio Feminino	301
— PGJ visita CRAAI de Angra dos Reis	301
— Reunião entre o MP e a Secretaria de Saúde	302
— Descentralização da Justiça da Infância e da Juventude na Comarca da Capital	302
— PGJ participa de reunião com Comissão de Combate à Intolerância Religiosa	302
— “Administração Presente” visita o CRAAI de São Gonçalo	303
— MP participa do lançamento da cartilha anticorrupção	304
— 3º Congresso Virtual Nacional do MP	304
— MP debate mudanças no CPP	305
— MP participa do Projeto “Justiça em Ação” no Dona Marta	306
— Corregedoria-Geral de Justiça	306
— PGJ reúne-se com o Prefeito de Niterói	307
— Cláudio Soares Lopes e “Administração Presente” em Niterói	307
— Ouvidoria promove curso de aperfeiçoamento em Língua Portuguesa para Funcionários	307

— MP é elogiado na entrega do “Prêmio Faz Diferença”	308
— Cláudio Soares Lopes faz abertura de encontro do GNCOC na Paraíba	308
— Eleições no MP	309
— Novos Procuradores de Justiça	310
— Aposentadorias	311
— Falecimentos	311
— Integrante do Superior Tribunal de Justiça oriundo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	312
— Integrantes do Tribunal de Justiça oriundos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	312

**Revista do
Tribunal Regional Eleitoral
de Pernambuco**



VOLUME 8

NÚMERO 1

2007

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
DOUTRINA	9
Sistema eleitoral proporcional como garantia da participação das minorias no cenário político nacional	
Rudolf Nebl Jardim.....	11
A convocação do eleitor empregado para compor mesa receptora de votos	
Aline Crispino Pessoa Saraiva	45
RESOLUÇÕES DO TRE-PE	61
JURISPRUDÊNCIA DO TRE-PE.....	127
ÍNDICES	461
Alfabético	463
Doutrina.....	463
Resoluções do TRE-PE.....	465
Jurisprudência do TRE-PE.....	467
Numérico	491
Resoluções do TRE-PE.....	491
Jurisprudência do TRE-PE.....	493

ISSN 0034-9275

REVISTA

DOS TRIBUNAIS

Ano 98 • volume 887 • setembro 2009 • p. 1-800

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL**DOCTRINA CIVIL****Primeira Seção**

Configuração de direitos fundamentais e segurança jurídica

MARCELO SCHENK DUQUE 9

Segunda Seção

Princípio da celeridade processual

CARLOS FERNANDO FECCHIO DOS SANTOS 37

Terceira Seção

Passos do desenvolvimento do direito primário da integração comunitária em direção a um ente comunitário transnacional

PETER-CHRISTIAN MÜLLER-GRAFF 57

PARECER CIVIL

Sentença. Nulidade. Condições da ação. Cessão da posição contratual

JOÃO BATISTA LOPES 81

1. Jurisprudência Seleccionada.....	93
-------------------------------------	----

JURISPRUDÊNCIA GERAL CIVIL

Publicação Oficial

1. Supremo Tribunal Federal	159
2. Superior Tribunal de Justiça	182
3. Tribunal de Justiça de São Paulo	223
4. Justiça dos Estados.....	265
Tribunal de Justiça do Acre.....	265
Tribunal de Justiça de Alagoas.....	268
Tribunal de Justiça do Amapá.....	272
Tribunal de Justiça da Bahia	275
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	278
Tribunal de Justiça de Goiás	287
Tribunal de Justiça do Maranhão	290
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	293
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	300
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	303
Tribunal de Justiça do Pará	308
Tribunal de Justiça do Paraná.....	312
Tribunal de Justiça do Pernambuco	316
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	321
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	325
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	328
Tribunal de Justiça de Rondônia	333
Tribunal de Justiça de Roraima	336
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	339
5. Tribunais Regionais Federais.....	343
1.ª Região.....	343
2.ª Região.....	354
4.ª Região.....	363
5.ª Região.....	370

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

Primeira Seção

Considerações em torno da Lei 11.719/2008

VILSON FARIAS 383

Segunda Seção

De Beccaria a Jakobs: panorama do sistema criminal em face da dignidade da pessoa humana

DÉBORA FARIA GARCIA 453

Terceira Seção

A execução da sentença na Justiça Militar da União

JORGE CESAR DE ASSIS 493

JURISPRUDÊNCIA GERAL PENAL

Publicação Oficial

1. Supremo Tribunal Federal 507

2. Superior Tribunal de Justiça 545

3. Tribunal de Justiça de São Paulo 601

4. Justiça dos Estados 633

Tribunal de Justiça do Acre 633

Tribunal de Justiça de Alagoas 636

Tribunal de Justiça da Bahia	640
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	643
Tribunal de Justiça de Goiás	645
Tribunal de Justiça do Maranhão	648
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	652
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	657
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	661
Tribunal de Justiça do Pará	664
Tribunal de Justiça do Paraná.....	668
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	676
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	688
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	690
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	694
Tribunal de Justiça de Roraima	699
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	705
5. Tribunais Regionais Federais.....	710
1.ª Região.....	710
2.ª Região.....	723
4.ª Região.....	734
5.ª Região.....	746

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Matéria Civil.....	751
Matéria Penal	777
Normas de publicação para os autores	797

REVISTA

DOS TRIBUNAIS

Ano 98 • volume 888 • outubro 2009 • p. 1-800

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo
Estado de Direito (nota introdutória)

RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO..... 9

Segunda Seção

Ainda sobre a situação jurídica da autoridade coatora no mandado
de segurança

GELSON AMARO DE SOUZA E DANIEL GUSTAVO DE OLIVEIRA COLNAGO
RODRIGUES 37

Terceira Seção

Conflito entre jurisdições nas controvérsias advindas de contratos
consumeristas por meios eletrônicos, via Internet

MAGNO FEDERICI GOMES E IGOR FERRY DE SOUZA..... 56

A falência internacional

RUBER DAVID KREILE..... 74

Publicação Oficial

1. Supremo Tribunal Federal	147
2. Superior Tribunal de Justiça	170
3. Tribunal de Justiça de São Paulo	210
4. Justiça dos Estados	242
Tribunal de Justiça do Acre	242
Tribunal de Justiça de Alagoas	246
Tribunal de Justiça do Amapá	253
Tribunal de Justiça da Bahia	258
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	261
Tribunal de Justiça de Goiás	264
Tribunal de Justiça do Maranhão	268
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	271
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul	276
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	282
Tribunal de Justiça do Paraná	294
Tribunal de Justiça de Pernambuco	302
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	306
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	316
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	322
Tribunal de Justiça de Rondônia	327
Tribunal de Justiça de Roraima	330
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	335
Tribunal de Justiça de Sergipe	345
5. Tribunais Regionais Federais	349
1.ª Região	349
2.ª Região	358
4.ª Região	371
5.ª Região	382

FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

DOCTRINA PENAL

Primeira Seção

Ação civil *ex delicto*: problemática e procedimento após a Lei 11.719/2008

..... GUILHERME DE SOUZA NUCCI, ANDRÉ VINÍCIUS MONTEIRO, DANIEL GEMIGNANI, IVAN LUÍS MARQUES DA SILVA e RAPHAEL ZANON DA SILVA 395

Segunda Seção

O papel do medo *no* e *do* direito penal

..... ANDRÉ LUIS CALLEGARI e MAIQUEL ÂNGELO DEZORDI WERMUTH 440

Terceira Seção

Considerações sobre a produção da prova pericial no processo penal e suas recentes modificações

..... ALEXANDRE AUGUSTO COSTA 460

JURISPRUDÊNCIA GERAL PENAL

Publicação Oficial

1. Supremo Tribunal Federal 479

2. Superior Tribunal de Justiça 516

3. Tribunal de Justiça de São Paulo 569

4. Justiça dos Estados.....	605
Tribunal de Justiça do Acre.....	605
Tribunal de Justiça de Alagoas.....	608
Tribunal de Justiça da Bahia.....	612
Tribunal de Justiça do Ceará.....	615
Tribunal de Justiça do Distrito Federal.....	618
Tribunal de Justiça de Goiás.....	627
Tribunal de Justiça do Maranhão.....	630
Tribunal de Justiça de Mato Grosso.....	633
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	637
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	650
Tribunal de Justiça do Pará.....	660
Tribunal de Justiça do Paraná.....	664
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	670
Tribunal de Justiça do Piauí.....	676
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.....	679
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.....	682
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.....	686
Tribunal de Justiça de Rondônia.....	690
Tribunal de Justiça de Roraima.....	694
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	699
5. Tribunais Regionais Federais.....	709
1.ª Região.....	709
2.ª Região.....	723
4.ª Região.....	731
5.ª Região.....	745
6. Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.....	752

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Matéria Civil.....	763
Matéria Penal.....	781
Normas de publicação para os autores.....	799



REVISTA FORENSE

Volume 401 – ANO 105

JANEIRO – FEVEREIRO DE 2009

ISSN 0102-8413

FUNDADA EM 1904

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO

FUNDADORES

Mendes Pimentel
Estêvão Pinto

DIRETORES

Arruda Alvim
Eduardo Arruda Alvim
Araken de Assis

CONSELHO EDITORIAL

Bruno Miragem
Eduardo Camargo Righi
Francisco Bilac Moreira Pinto Filho
Humberto Theodoro Júnior
Jorge Miranda

José Carlos Barbosa Moreira
José Ribas Vieira
Luiz Fux
Maria Mendez Rocasolano
Nelson Nery Costa



SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e siglas usadas</i>	VII
---	-----

DOCTRINAS

JUSTIÇA: O POSTULADO FUNDAMENTAL PARA A POSITIVAÇÃO ÉTICA DO DIREITO – <i>Aleilton da Silva Cardoso, Marcio A. de Souza Romeiro e Joaquim P. V. de Souza Campos</i>	3
ALGUNS TEMAS RELATIVOS AO PROCESSO COMO INSTRUMENTO DE MATERIALIZAÇÃO DA JUSTIÇA – <i>Antonio Carlos Morato</i>	27
O ART. 268 DO CPC; A ILEGITIMIDADE E A OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA: CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO – <i>Arruda Alvim</i>	61
OS DIREITOS DE VIZINHANÇA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 – <i>Daniel Willian Granado</i>	87
A RAZ CONSTITUCIONAL DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA – <i>Eduardo Arruda Alvim</i>	127
TUTELAS DE URGÊNCIA E EFETIVIDADE DO PROCESSO – <i>Eduardo Righi</i>	151
AS CLÁUSULAS ABUSIVAS NOS CONTRATOS DE ADESAO E SEU REGIME NA LEI DE DEFESA DO CONSUMIDOR E NO CÓDIGO CIVIL – <i>Fábio Siebeneichler de Andrade</i>	187
O RECURSO DE INAPLICABILIDAD DE LA LEY: PANORAMA ATUAL E ANÁLISE COMPARATIVA COM INSTITUTOS DO DIREITO BRASILEIRO – <i>Felippe Borring Rocha</i>	213
DIREITOS AUTORAIS. DIREITOS MORAIS DOS SUCESSORES. OBRA CAÍDA EM DOMÍNIO PÚBLICO – <i>Luiz Fernando Gama Pellegrini</i>	255
APROXIMAÇÃO CRÍTICA ENTRE AS JURISDIÇÕES DE CIVIL LAW E DE COMMON LAW E A NECESSIDADE DE RESPEITO AOS PRECEDENTES NO BRASIL – <i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	259
NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO – <i>Roberto Grassi Neto</i>	303
TEORIA GERAL DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO – <i>Valerio de Oliveira Mazzuoli</i>	319

PARECERES

PROMOÇÃO FUNCIONAL DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. OBJETIVIDADE E FUNDAMENTAÇÃO DA VOTAÇÃO NO PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DA LISTA TRÍPLICE – <i>Agassiz Almeida Filho</i>	357
PROCESSO CIVIL – EXECUÇÃO – ARTIGOS 599, 600 E 601 DO CPC – MULTA – ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA – NECESSIDADE DE ADVERTÊNCIA – DIREITO À RELEVANÇA DA PENALIDADE – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE A TERCEIROS – FORMA DE CÁLCULO DA MULTA – DETERMINAÇÃO DO VALOR DO DÉBITO EM EXECUÇÃO – <i>Arruda Alvim</i>	373

TUTELA INIBITÓRIA DO DIREITO AUTORAL – DIREITO DE AUTOR – LEI 9.610/98 – ARTIGOS 68 E 105 – PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE OBRA SEM A PRÉVIA E EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DO AUTOR – PREVISÃO DE TUTELA JURISDICIONAL DE SUSPENSÃO OU INTERRUÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA NÃO AUTORIZADA – TUTELA DA NORMA JURÍDICA – ILÍCITO COMPREENDIDO COMO ATO CONTRÁRIO AO DIREITO – TUTELA ESPECÍFICA INIBITÓRIA – AUTONOMIA DIANTE DA TUTELA DE COBRANÇA DAS PRESTAÇÕES RELATIVAS AOS DIREITOS AUTORAIS – AMEAÇA DA VIOLAÇÃO, DA REPETIÇÃO OU DA CONTINUAÇÃO DO ILÍCITO COMO ÚNICO REQUISITO PARA A SUA CONCESSÃO – IMPOSSIBILIDADE DE SE EXIGIR DEMONSTRAÇÃO DE RECEIO DE DANO – <i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	383
---	-----

JURISPRUDÊNCIA CIVIL

Supremo Tribunal Federal	401
Superior Tribunal de Justiça	435
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	517
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	521
Tribunal de Justiça de São Paulo	527
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	531
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	543
Tribunal de Justiça do Paraná	549

JURISPRUDÊNCIA PENAL

Supremo Tribunal Federal	557
Superior Tribunal de Justiça	607
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	627
Tribunal de Justiça de São Paulo	633
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	635
Tribunal de Justiça do Paraná	643
Tribunal de Justiça do Mato Grosso	649

ESTUDOS E COMENTÁRIOS

A PROTEÇÃO DAS MINORIAS NA FIXAÇÃO DO MÍNIMO ÉTICO SOBRE DIREITOS HUMANOS – <i>Alenilton da Silva Cardoso e Joaquim P. V. de Souza Campos</i>	659
RESPONSABILIDADE CIVIL POR VIOLAÇÃO DE BANCOS DE DADOS – <i>Daniilo Doneda</i>	677
SÚMULA VINCULANTE: MEIO IMPEDITIVO DE ACESSO À JUSTIÇA? – <i>Dulce Calmon de Bittencourt Pinto de Almeida</i>	693
O PRINCÍPIO DA DUPLA CONFORMIDADE – <i>Fabiano Carvalho</i>	701
QUALIDADE NO JUDICIÁRIO – <i>Marcelo Guimarães Rodrigues</i>	713
O CONSUMIDOR DESTINATÁRIO FINAL: AS TEORIAS FINALISTA E MAXIMALISTA – <i>Nilton Luiz de Freitas Bazilioni</i>	735
O SÉGREDO DE NEGÓCIO NO DIREITO BRASILEIRO – <i>Rodrigo Bernardes Braga</i>	753

ÍNDICES

Índice Geral	775
Índice de Assuntos	785

R E V I S T A J U R Í D I C A
E M P R E S A R I A L

ANO II – JULHO/AGOSTO DE 2009 – Nº 09

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Nacional

- 13 Bruno Miragem
(Notas Sobre a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Civil e no Direito do Consumidor)
- 27 Araken de Assis
(Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Impenhorabilidade da Residência Familiar)
- 57 Guilherme Pederneiras Jaeger
(Pessoa Jurídica Estrangeira no Brasil)
- 79 Jessé Torres Pereira Junior e Marinês Restelatto Dotti
(Gestão e Probidade na Parceria Entre Estado, OS e OSCIP: Apontamentos Sob a Perspectiva dos Princípios e Normas Regentes das Licitações e Contratações Administrativas)
- 133 Bruno Haack Vilar
(A Função Social da Empresa)
- 155 Raphael Manhães Martins
(O Inadimplemento Antecipado da Prestação no Direito Brasileiro)
- 177 Cinara Palhares
(Interpretação dos Grupos de Contratos nas Joint Ventures)
- 223 Guilherme Ziegler Zugno
(Fusões, Aquisições e Controle de Companhias Abertas)
- 237 Gustavo Filipe Barbosa Garcia
(Contrato de Trabalho Rural por Pequeno Prazo e Precarização das Relações de Trabalho no Campo)

Parecer

- 247 Véra Maria Jacob de Fradera
(Locação de Carteira de Ações)

Crônica

- 263 José Carlos Teixeira Giorgis
(A Responsabilidade do Fiador)

Novidades Empresariais

- 267 Daniel Ustárroz
(Dez Decisões Recentes e Importantes do STJ nos Meses de Julho e Agosto de 2009)

Jurisprudência Nacional

- 273 Supremo Tribunal Federal
- 281 Tribunal Superior do Trabalho
- 293 Superior Tribunal de Justiça
- 299 Superior Tribunal de Justiça
- 303 Superior Tribunal de Justiça
- 309 (Im)Penhorabilidade do Imóvel Residencial do Fiador em Relação Locatícia à Luz da Jurisprudência do STF e do STJ
(jurisprudência comentada por Tiago Bitencourt de David)
- 325 Ementário
- 343 *Sinopse de Mudanças Legislativas*
(Legislação Relevante de Julho e Agosto de 2009)
- 349 *Índice Alfabético - Remissivo*

Revista Magister de
Direito Penal e Processual Penal

Ano VI

Número 31

Sumário

Doutrina

1. Ingresso de Aparelho de Telefonia Celular em Estabelecimento Penal: Lei nº 12.012, de 6 de Agosto de 2009
Renato Marcão 5
2. Bafômetro: é Obrigatório?
Luiz Flávio Gomes 11
3. Impossibilidade da Legalização da Maconha
Fernando Capez 15
4. Assédio Sexual (o Crime) e a Tutela Penal Simbólica
Fabiano Pimentel 19
5. Princípio da Insignificância: os Vetores (Critérios) Estabelecidos pelo STF para a Aplicação na Visão de Claus Roxin
Fernando Antônio C. Alves de Souza 23
6. A Importância para a Humanidade do Tribunal Penal Internacional
Marcelo Di Rezende Bernardes 28
7. Ponderações Sobre a Razoabilidade e a Proporcionalidade na Aplicação do Direito Penal
Paulo José Freire Teotônio e Silvio Henrique Freire Teotônio 53
8. Pronúncia e Prisão Cautelar: 20 Anos para a Efetivação do Princípio da Motivação dos Atos Jurisdicionais
Rodrigo Oliveira de Camargo 71
9. O Julgamento de Jesus Cristo Sob a Ótica Processual Penal Brasileira
Roberto Vítor Pereira Ribeiro 75

Em Evidência

1. Ação Penal nos Crimes Contra a Liberdade Sexual e nos Delitos Sexuais Contra Vulnerável – a Lei nº 12.015/2009
Rômulo de Andrade Moreira 84
2. Crimes Sexuais – o Novo Estatuto Legal: do Estupro do Homem ao Fim das Virgens
Plínio Antônio Britto Gentil e Ana Paula Jorge 93
3. A Reforma dos Crimes Sexuais
Luiza Nagib Eluf 104

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Homicídio Triplamente Qualificado. Prisão Preventiva. Necessidade
Rel. Min. Eros Grau 107

2. Superior Tribunal de Justiça – Sentença de Pronúncia. Excesso de Linguagem. Lei nº 11.689/08 <i>Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima</i>	113
3. Superior Tribunal de Justiça – Crime Ambiental. Princípio da Insignificância. Atipicidade Material da Conduta <i>Relª Minª Maria Thereza de Assis Moura</i>	122
4. Superior Tribunal de Justiça – Conflito de Competência. Carta Precatória. Citação, Interrogatório e Audiência de Suspensão Condicional do Processo. Possibilidade <i>Relª Minª Maria Thereza de Assis Moura</i>	129
5. Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Moeda Falsa. Boa-Fé. Denúncia. Rejeição <i>Rel. Des. Fed. Mário César Ribeiro</i>	136
6. Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Entorpecentes. Desclassificação de Tráfico para Uso. <i>In Dubio Pro Reo</i> <i>Rel. Des. Adilson Lamounier</i>	140
7. Divergência Jurisprudencial	143
8. Ementário	144
Sinopse Legislativa	163
Destaques dos Volumes Anteriores	164
Índice Alfabético-Remissivo	165